

# Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



Álvaro Cunhal com Erich Honnecker, primeiro-secretário do CC do PSUA e presidente do Conselho de Estado da RDA



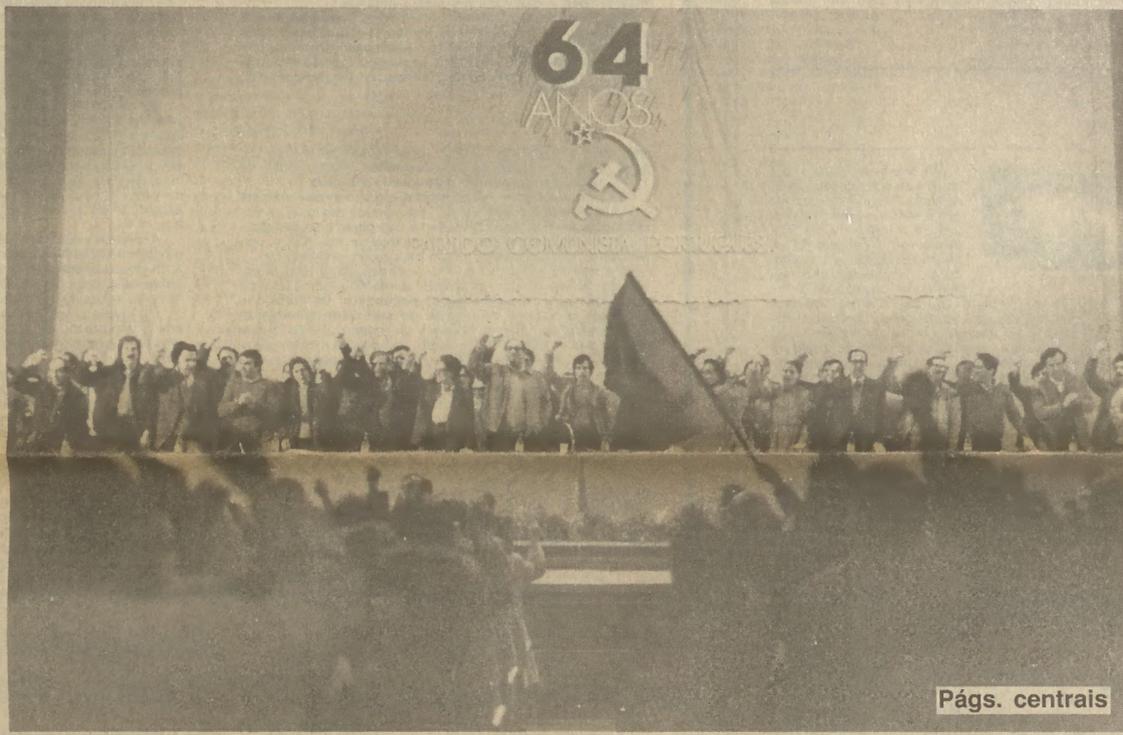
Álvaro Cunhal com Wojciech Jaruzelski, primeiro-secretário do CC do POUP e primeiro-ministro da República Popular da Polónia

## DELEGAÇÃO DO PCP NA RDA E POLÓNIA

Pág. 3

# GRANDIOSO COMÍCIO ASSINALOU NO PORTO ANIVERSÁRIO DO PCP

● *Reportagem e discurso de Carlos Costa*



Págs. centrais

## ÁLVARO CUNHAL EM COIMBRA e S. J. DA MADEIRA

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, desloca-se no próximo fim-de-semana aos distritos de Coimbra e de Aveiro.

No **sábado**, dia 9, estará na cidade de Coimbra para participar nas seguintes iniciativas do Partido: encontro de intelectuais e quadros técnicos, às 10 horas, na Faculdade de Letras; encontro distrital de quadros, às 14 e 30 h, no pavilhão da Palmeira; e, finalmente, comício, às 21 e 30 h, no mesmo pavilhão.

No **domingo**, dia 10, Álvaro Cunhal discursará num comício integrado na jornada de inauguração do Centro de Trabalho do Partido em S. João da Madeira. O comício está marcado para as 15 horas no Largo de S. João, junto ao CT.

## ASSEMBLEIAS

Nesta edição do «Avante!», no noticiário dedicado às Assembleias das Organizações do Partido, destaca-se a realização no próximo fim-de-semana das primeiras Assembleias dos comunistas dos distritos de **Castelo Branco** (sábado, na Covilhã, ver Suplemento) e da **Guarda** (domingo, na escola secundária desta cidade). A recente Assembleia da Organização Concelhia de **Viana do Castelo** e outras Assembleias a realizar nos próximos dias, como a de **Alcobaça**, estão também contempladas nas páginas do «Avante!» desta semana.

Págs. centrais



## Dia Internacional da Mulher

Pág. 6/Suplemento



## DESEMPREGO NOS CAMPOS DO SUL

● *Conferência em Évora  
desmascara política  
do Governo*

Pág. 6



PCP

PCP — amizade fraternal com o PSUA e o POUP

Uma delegação do Partido Comunista Português, composta pelo secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, e pelo camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, visitou a República Democrática Alemã e a República Popular da Polónia nas duas últimas semanas do mês de Fevereiro findo.

A delegação encontrou-se com o camarada Erich Honnecker, primeiro-secretário do PSUA e Presidente do Conselho de Estado da RDA e, na Polónia, teve um encontro com o camarada general Wojciech Jaruzelski, primeiro-secretário do CC do POUP e primeiro-ministro da República Popular da Polónia, e com outros dirigentes do POUP.

Visita à RDA

A visita à RDA da delegação do PCP iniciou-se com o encontro em Berlim entre o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, e o primeiro-secretário do PSUA e presidente do Conselho de Estado da RDA, camarada Erich Honnecker, encontro a que foi dado grande relevo nos órgãos de comunicação social da RDA. Numa atmosfera muito cordial e fraterna, os representantes do PSUA e do PCP efectuaram uma pomorizada troca de opiniões sobre problemas internacionais e a política dos dois partidos.

sita constituía um novo testemunho da amizade, da cooperação e da solidariedade raciona e sempre caracterizada e caracterizam as relações entre ambos os partidos. «Neste 40.º aniversário da vitória sobre o fascismo hitleriano na 2.ª Guerra Mundial», afirmou Álvaro Cunhal, «35 anos passaram sobre a fundação do primeiro Estado alemão de operários e camponeses, os notáveis resultados alcançados pela RDA nos domínios económico, social, político, científico e cultural constituem um exemplo exaltante de como o Poder dos trabalhadores e o socialista estão em condições de resolver os mais graves problemas de um povo e de um país. «Sob a direcção do PSUA, o trabalho esforçado e eficiente do povo da RDA, a dinâmica de contínuo desenvolvimento económico, o aumento do produto nacional e da produtividade assentes na organização económica, no progresso tecnológico e na poupança de recursos, a estabilidade política, as notáveis realizações sociais (designadamente no domínio da habitação, da saúde e da educação), o melhoramento incessante das condições de vida do povo — mostram com factos a todo o mundo a real superioridade do socialismo. «Para os trabalhadores portugueses, juntando-se às lições da própria vida e da própria luta, as realizações e êxitos da RDA, pelo valor do exemplo e da experiência, constituem um

importante factor de atracção dos ideais do socialismo e da confiança na perspectiva de uma sociedade sem exploradores nem explorados em Portugal.» A crise em Portugal Referindo-se depois à realidade portuguesa, o camarada Álvaro Cunhal continuou: «As transformações democráticas realizadas pela Revolução portuguesa nas estruturas socioeconómicas — designadamente a nacionalização da banca e dos sectores básicos da economia portuguesa e a Reforma Agrária — tinham aberto caminho ao aproveitamento dos recursos e potencialidades nacionais e a um rápido desenvolvimento económico para bem do nosso povo e do nosso país. «O processo contra-revolucionário dos últimos 9 anos, assestando golpes nas empresas e sectores nacionalizados e nas unidades colectivas e cooperativas da Reforma Agrária, desenvolvendo uma verdadeira cruzada de centralização e acumulação nas mãos dos capitalistas da mais-valia produzida no País, de capitais, recursos e bens, e restabelecendo processos de exploração desenfreada dos trabalhadores — mergulhou Portugal numa crise profunda.» Depois de se referir com mais pomor ao processo contra-revolucionário e à luta dos trabalhadores em defesa das conquistas de Abril, o secretário-geral do PCP afirmou: «O ano corrente ficará sem dúvida marcado por importantes acontecimentos políticos.

«Se o Governo actual conseguisse manter-se no Poder, não só a situação seria cada vez mais grave como a própria democracia política e a independência nacional correriam sérios riscos.» «Lutamos e lutaremos», sublinhou mais adiante, «pela formação de um governo que ponha fim ao processo contra-revolucionário, respeite a Constituição e a legalidade democrática, mobilize os recursos, energias e potencialidades nacionais, de forma a que Portugal retome o radioso caminho da liberdade, progresso, paz e independência nacional empreendido pela Revolução de Abril. «Apesar da complexidade e dos perigos da situação, continuamos a confiar em que estes objectivos serão alcançados.» A situação internacional O camarada Álvaro Cunhal abordou depois a situação internacional: «Compartilhamos», disse, «das apreensões do PSUA acerca da gravidade e dos perigos da actual situação internacional, como consequência da política de ingerência, intervenção, agressão e guerra do imperialismo, designadamente do imperialismo norte-americano. «Compartilhamos das apreensões do PSUA acerca dos novos e sérios perigos de uma guerra nuclear resultante da corrida aos armamentos, da instalação dos novos mísseis norte-americanos na Europa, dos planos de militarização do espaço. «Não só compreendemos como consideramos um imperativo para a segurança dos países socialistas e uma contribuição para a defesa da paz na Europa e no Mundo as medidas tomadas pela URSS, a RDA e outros países do Tratado de Varsóvia para manter a paridade estratégico-militar. «A defesa da paz (inseparável da luta pela liberdade, a democracia, a independência nacional, o progresso social e o socialismo) é hoje uma tarefa central, geral e comum a todos os povos e nações.» Antes de concluir a sua intervenção, Álvaro Cunhal afirmou: «A unidade dos países socialistas, a acção comum ou convergente e a solidariedade recíproca entre os países so-



A comunicação social na RDA (tal como na Polónia) deu grande destaque à presença da delegação do PCP. Na foto: primeiras páginas do «Neues Deutschland» dedicadas à visita

cialistas, o movimento operários dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional e os países progressistas constituem condição fundamental para a vitória da luta comum.» No seu discurso, o camarada Erich Honnecker afirmou que a actual situação internacional exige, mais do que nunca, a luta por uma viragem a favor da paz na qual devem participar todos os Estados, grandes e pequenos, as forças sociais e os partidos, todos os que intervêm contra a guerra e a favor da paz, designadamente o movimento da paz. Afirmou ainda que são úteis as propostas que visam a redução das tensões e o desanuviamento, assim como a criação de zonas e corredores desmilitarizados no Centro e no Norte da Europa, nos Balcãs e na Península Ibérica. No seu discurso, o primeiro-secretário do PSUA condenou as novas pretensões revanchistas de certas forças da RFA que põem em causa os resultados da Segunda Guerra Mundial e do desenvolvimento do pós-guerra, exprimindo, por outro lado, a sua convicção de que é necessária uma maior cooperação do movimento comunista internacional para se poder opor mais eficazmente à escalada das forças mais agressivas do imperialismo. O camarada Honnecker referiu-se às estreitas relações de amizade e confiança entre o PSUA e o PCP, baseadas nos princípios do internacionalismo proletário e nas tradições de muitos anos de luta comum pela paz, pela democracia e pelo socialismo.

«Neues Deutschland», publicou notícias de primeira página e largas reportagens nas páginas interiores. Também a televisão e o rádio consagraram diariamente a visita pomorizada noticiário. Antes de partir para Leipzig, a delegação do PCP apressou a sala de concertos Schauspielhaus, a notável restauração de um magnífico edifício de grande valor arquitectónico, que é exemplo do empenhamento não apenas na conservação como na restauração do património. Os camaradas visitaram também o bairro Marzahn, em Berlim, acompanhados pelo arquitecto-chefe da cidade e o presidente da autarquia, sendo depois recebidos por trabalhadores em suas casas onde se realizaram conversas e puderam inteirar-se das suas condições de vida, nomeadamente do preço das rendas de casa que equivale aproximadamente a 10 por cento do orçamento familiar. Foram ainda visitadas zonas de reconstrução da capital, guiados pelo presidente da Câmara Municipal, camarada E. Krack, havendo mais tarde a delegação do PCP alojado na sala da torre da Câmara Municipal. A delegação visitou ainda a Escola Superior do PSUA onde o camarada Álvaro Cunhal, perante cerca de 800 alunos e professores, proferiu uma conferência a que se seguiu um largo e animado debate. Visitou também o belo Centro Desportivo e Recreativo da capital.

Leipzig A delegação do PCP deslocou-se depois ao distrito de Leipzig, tendo um encontro com o secretário do Comité Distrital do PSUA, camarada Schuman acompanhado de outros dirigentes do distrito. Leipzig, capital de um distrito com 1 400 000 habitantes, é uma cidade de grandes tradições históricas, considerada o berço do movimento operário alemão. Ali viveu Lênine em certa época da sua vida. Ali viveu Rosa Luxemburgo. Em Leipzig teve lugar o processo do incêndio do Reichtag em que Dimitroff, arrostado o terror nazi, desmascarou a provocação num julgamento histórico.

onde Dimitroff foi julgado. Também visitou a antiga Câmara Municipal de Leipzig. A visita continuou com o jantar e convívio com intelectuais e artistas destacados da literatura, pintura, música, teatro, cinema, durante o qual os artistas de Leipzig expressaram grande interesse no intercâmbio com artistas portugueses. A delegação do PCP visitou também a histórica cervejaria de Krostitz. Finalmente o programa terminou com uma visita à Cooperativa de Produção Agrícola e Pecuária de Krostitz, às suas instalações e a casas de trabalhadores. Com 1900 hectares, a Cooperativa emprega 120 camponeses e possui 50 tractores, 7 ceifeiras-debulhadoras e quatro combinados para a colheita de batata. Produz seis mil toneladas de cereais, cinco mil toneladas de batata, cinco mil toneladas de beterraba, 20 mil de forragem básica. Possui 370 vacas leiteiras com uma produção de 2450 toneladas de leite, 2700 porcos, 37 mil galinhas. Na aldeia os nossos camaradas visitaram as instalações sociais — a escola, a creche, o consultório médico, o clube. A visita à RDA encerrou com uma conferência de imprensa perante mais de 40 jornalistas que ouviram, no Centro de Imprensa Internacional, uma exposição do camarada Álvaro Cunhal, que se referiu às impressões da visita muito rica de informação e de contacto directo com a realidade. Sublinhou o êxito da estratégia económica adoptada e o desenvolvimento estável e dinâmico da economia da RDA; no plano social, o melhoramento das condições de vida materiais e culturais do povo; e um terceiro aspecto, encontrado tanto nos dirigentes como no povo da RDA — «por um lado, grande firmeza, determinação e confiança no futuro; e, por outro lado, o entendimento profundo de que a luta pela paz, a luta para evitar uma guerra nuclear é, na hora actual, uma tarefa central e comum de todos os povos do mundo.» O secretário-geral do PCP falou também da situação portuguesa, tendo-se registado numerosas perguntas sobre o tema e sobre as perspectivas de evolução.



Durante a conferência pronunciada por Álvaro Cunhal na Escola Superior do Partido Socialista Unificado da Alemanha, em Berlim

Uma visita detalhada A delegação do PCP teve a oportunidade, durante os dias em que permaneceu na RDA, de realizar uma demorada visita a vários aspectos da realidade daquele país socialista, visita a que os meios de comunicação social deram uma extraordinária cobertura. Todos os dias, o órgão central do PSUA,

Leipzig A delegação do PCP deslocou-se depois ao distrito de Leipzig, tendo um encontro com o secretário do Comité Distrital do PSUA, camarada Schuman acompanhado de outros dirigentes do distrito. Leipzig, capital de um distrito com 1 400 000 habitantes, é uma cidade de grandes tradições históricas, considerada o berço do movimento operário alemão. Ali viveu Lênine em certa época da sua vida. Ali viveu Rosa Luxemburgo. Em Leipzig teve lugar o processo do incêndio do Reichtag em que Dimitroff, arrostado o terror nazi, desmascarou a provocação num julgamento histórico.

Leipzig A delegação do PCP deslocou-se depois ao distrito de Leipzig, tendo um encontro com o secretário do Comité Distrital do PSUA, camarada Schuman acompanhado de outros dirigentes do distrito. Leipzig, capital de um distrito com 1 400 000 habitantes, é uma cidade de grandes tradições históricas, considerada o berço do movimento operário alemão. Ali viveu Lênine em certa época da sua vida. Ali viveu Rosa Luxemburgo. Em Leipzig teve lugar o processo do incêndio do Reichtag em que Dimitroff, arrostado o terror nazi, desmascarou a provocação num julgamento histórico.

onde Dimitroff foi julgado. Também visitou a antiga Câmara Municipal de Leipzig. A visita continuou com o jantar e convívio com intelectuais e artistas destacados da literatura, pintura, música, teatro, cinema, durante o qual os artistas de Leipzig expressaram grande interesse no intercâmbio com artistas portugueses. A delegação do PCP visitou também a histórica cervejaria de Krostitz. Finalmente o programa terminou com uma visita à Cooperativa de Produção Agrícola e Pecuária de Krostitz, às suas instalações e a casas de trabalhadores. Com 1900 hectares, a Cooperativa emprega 120 camponeses e possui 50 tractores, 7 ceifeiras-debulhadoras e quatro combinados para a colheita de batata. Produz seis mil toneladas de cereais, cinco mil toneladas de batata, cinco mil toneladas de beterraba, 20 mil de forragem básica. Possui 370 vacas leiteiras com uma produção de 2450 toneladas de leite, 2700 porcos, 37 mil galinhas. Na aldeia os nossos camaradas visitaram as instalações sociais — a escola, a creche, o consultório médico, o clube. A visita à RDA encerrou com uma conferência de imprensa perante mais de 40 jornalistas que ouviram, no Centro de Imprensa Internacional, uma exposição do camarada Álvaro Cunhal, que se referiu às impressões da visita muito rica de informação e de contacto directo com a realidade. Sublinhou o êxito da estratégia económica adoptada e o desenvolvimento estável e dinâmico da economia da RDA; no plano social, o melhoramento das condições de vida materiais e culturais do povo; e um terceiro aspecto, encontrado tanto nos dirigentes como no povo da RDA — «por um lado, grande firmeza, determinação e confiança no futuro; e, por outro lado, o entendimento profundo de que a luta pela paz, a luta para evitar uma guerra nuclear é, na hora actual, uma tarefa central e comum de todos os povos do mundo.» O secretário-geral do PCP falou também da situação portuguesa, tendo-se registado numerosas perguntas sobre o tema e sobre as perspectivas de evolução.

Visita à Polónia

A visita da delegação do PCP à Polónia e, em particular, o encontro do camarada Álvaro Cunhal com o camarada W. Jaruzelski, primeiro-secretário do CC do POUP, foi objecto de grande relevo dada a imprensa polaca ao acontecimento. Um comunicado distribuído à Agência Polaca de Imprensa noticiou que o primeiro-secretário do CC do POUP informou o dirigente do Partido Comunista Português sobre a actual situação política e económica do país e sobre as tarefas actuais do Partido. O secretário-geral do PCP falou das tarefas e das actividades do PCP na actual situação do País e na arena internacional. Confirmou a compreensão e a solidariedade do PCP para com a actividade do POUP no quadro da sua linha de renovação socialista. O primeiro-secretário do CC do POUP transmitiu ao visitante cordiais saudações aos comunistas portugueses pela sua luta em defesa dos interesses vitais das massas trabalhadoras, pelo progresso social e pela paz. Durante o encontro foi expressa a esperança de que as conversações soviético-americanas realizadas em Genebra contribuirão para a atenuação da tensão internacional e abrirão o caminho para acordos de desarmamento. Foi sublinhado ao mesmo tempo que a preservação do equilíbrio estratégico-militar constitui a única base realista da paz no mundo. Durante o encontro foram também abordadas questões relativas ao contínuo estreitamente da cooperação e amiza-

de entre o POUP e o PCP. No encontro participaram o membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, Domingos Abrantes e o membro do Bureau Político e secretário do CC do POUP Josef Czyrek. A delegação realizou conversações com outros dirigentes do POUP, designadamente com os camaradas Czyrek, membro do Bureau Político e do Secretariado do POUP, e Suika, responsável da Secção Internacional do Partido. No dia 25 de Fevereiro, no Palácio de Belvedere, o presidente do Conselho de Estado, camarada Henrique Jablonski, na presença do camarada Jaruzelski, primeiro-ministro e primeiro-secretário do CC do POUP, conferiu ao camarada Álvaro Cunhal a Ordem de Mérito da Polónia. Socialismo é fonte de experiência Na ocasião foram pronunciados discursos pelos camaradas Jaruzelski e Álvaro Cunhal. No seu discurso, o camarada Álvaro Cunhal afirmou: «As relações entre o PCP e o POUP caracterizaram-se sempre pela amizade fraternal inspirada pelos princípios do internacionalismo proletário. «Tanto no tempo da dura luta clandestina contra a ditadura fascista, como após a revolução de Abril de 1974 — tanto nas horas de êxito e vitória, como nas horas mais difíceis da nossa luta, tanto na época do avanço da revolução portuguesa, como nos últimos 9 anos em que pela acção de

sucessivos governos se têm sucedido ofensivas contra-revolucionárias — nós, comunistas portugueses, contamos sempre com o apoio e a solidariedade do Partido Operário Unificado Polaco e da Polónia socialista. «Reciprocamente, sempre estivemos ao lado da Polónia socialista, regozijando-nos pelos seus êxitos e realizações na construção da nova sociedade, inquietando-nos com as suas dificuldades, activamente solidários para com o Partido Operário Unificado Polaco e para com o povo polaco. «A existência da comunidade socialista, de numerosos países que constroem uma nova sociedade onde foi banida a exploração e a opressão capitalistas, constitui a maior conquista dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo, o maior obstáculo à realização dos planos de hegemonia mundial do imperialismo, a mais sólida garantia da paz e da evolução progressista da sociedade humana. «Cada país socialista não é apenas a realização histórica libertadora do seu próprio povo. É uma fortaleza, uma fonte de experiência, um apoio e um estímulo para os outros povos. «Por isso, se, por um lado, os países socialistas são activamente solidários para com as outras grandes forças que intervêm no processo mundial de libertação — o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional e os países progressistas — assim também é dever dessas forças serem reciprocamente solidárias para com os países socialistas.

«Esse dever adquire particular significado na perigosa situação internacional que atravessamos. «Para a realização dos seus planos de domínio mundial, o imperialismo, designadamente o imperialismo norte-americano, utiliza todos os meios ao seu alcance: a falsa ajuda económica para conquistar posições de domínio e de dependência, os créditos como caminho para o ulterior estrangulamento financeiro, o boicote económico, comercial, tecnológico, diplomático e político, a ingerência, a provocação, o terrorismo, a intervenção, a agressão e a guerra.» Amizade fraternal e solidariedade «Na actual situação internacional», disse mais adiante o camarada Álvaro Cunhal, «que coloca a luta pela paz como uma tarefa central e universal de todos os povos, acentua também a complementaridade da luta pela paz, pela democracia, pelo progresso social, pela independência nacional e pelo socialismo. «A actual situação internacional torna ainda mais imperiosa a unidade do movimento comunista e a acção comum ou convergente e a solidariedade recíproca de todas as forças anti-imperialistas. «No quadro desta situação, consideramos exemplares — pelos princípios que as informam e pelo seu desenvolvimento prático — as relações entre o PCP e o POUP. «Nós, comunistas portugueses, estamos certos do futuro radioso da Polónia socialista. E

alegra-nos o facto de que os comunistas polacos nos expressam a sua confiança em que o Povo português saberá defender e continuar o Portugal democrático conquistado com a revolução de Abril. «A alta distinção que acaba de me ser conferida é uma manifestação do apreço do POUP pela actividade patriótica e as posições internacionalistas do PCP, que tenho a honra de representar neste momento solemne. Essa alta distinção é também em si mesma uma expressão da solidariedade dos comunistas e da Polónia socialista para com os comunistas portugueses. «É oportuno aqui confirmar que o POUP, a Polónia socialista, o povo polaco podem, pela sua parte, estar certos da amizade fraternal e da solidariedade do Partido Comunista Português.» Encontros e visitas A delegação do PCP teve encontros com o Comité Nacional dos Sindicatos, onde recebeu uma pomorizada informação acerca da actividade dos sindicatos, e, mais tarde, com dirigentes do Conselho Nacional do Movimento Patriótico do Renascimento Nacional, criado em 1982 e de que fazem parte o POUP, o Partido Camponês Unificado, o Partido Democrático, a Associação PAX, a Associação Cristã Social e a União Polaca Católica Social. Em visita à Fábrica de Instrumentos de Precisão de Varsóvia, a delegação teve encontros com os responsáveis do Partido, dos Sindicatos, da



Álvaro Cunhal com W. Jaruzelski. No encontro também participaram Domingos Abrantes e Josef Czyrek.

administração e das diversas organizações unitárias de massas. Os problemas da produção, da gestão, assim como da organização e trabalho de massas do Partido foram objecto de uma longa conversa. Na fábrica teve lugar um comício com a participação de centenas de trabalhadores. No seu discurso, o camarada Álvaro Cunhal, agradeceu o cordial acolhimento, afirmando aos presentes a amizade e a solidariedade dos comunistas e dos trabalhadores portugueses aos trabalhadores e ao povo polacos. E sublinhou o profundo interesse que, em Portugal, se acpanha a situação na Polónia, a política do POUP e do governo polaco. «Por três razões fundamentais: «A primeira é a importância, não só para o povo polaco, mas para todos os povos do mundo, da construção do so-

«A terceira razão do profundo interesse com que em Portugal acompanhamos a situação na Polónia é a continuada e histórica campanha antipolaca conduzida em Portugal pelas forças mais reacionárias do nosso país e pelos portavozes do imperialismo.» No final do discurso, os trabalhadores participantes fizeram numerosas perguntas sobre a situação em Portugal e a actividade do PCP. Na Academia de Ciências Sociais, o camarada Álvaro Cunhal pronunciou uma conferência sobre a situação política em Portugal e a actividade do PCP, perante centenas de estudantes e professores, tendo-se seguido um largo debate. A delegação visitou ainda lugares históricos, designadamente o Castelo Real de Varsóvia, cuja reconstrução é um valioso exemplo de recuperação do património histórico e artístico.







Terra

# Conferência contra o desemprego desmascara política do Governo

## ● Mais de 35 mil desempregados nos campos do sul

«Há casas de famílias inteiras onde há cerca de um ano ninguém trabalha, não recebem qualquer subsídio, não têm rendimentos; se não fosse a solidariedade da população já tinham morrido à fome». A afirmação, proferida no último sábado, em Évora, por uma trabalhadora agrícola da UCP Pedro Soares, Alda Coelho, no decorrer da 2.ª Conferência Regional Contra o Desemprego, retrata a dramática situação em que hoje se encontram muitas famílias na região da Reforma Agrária.

A iniciativa desta realização partiu dos Sindicatos Agrícolas do Sul, tendo permitido não apenas aprofundar as graves incidências deste flagelo na região, como ainda apontar algumas medidas e propostas concretas que, a serem aplicadas, permitirão inverter rapidamente a situação, resolver o problema do desemprego, criar riqueza e desenvolver a agricultura.

Provenientes de todos os distritos, da Reforma Agrária, os participantes (na sua maioria mulheres) que encheram por completo o Palácio D. Manuel, ao longo de um animado debate que registou dezenas de intervenções, desmontaram, com efeito, minuciosamente, a criminoso política levada a cabo pelo Governo PS/PSD contra o povo e o País.

Destes modo, estiveram no centro das atenções dos delegados presentes o elevado número de desempregados existentes nesta zona do País (35 mil segundo os últimos cálculos); a difícil situação em que vivem muitos trabalhadores e suas famílias; os diplomas sobre o seguro de desemprego, seguro social de desemprego e formação profissional; a continuada ofensiva contra a Reforma Agrária; a barragem do Alqueva; o encerramento de empresas, os salários em atraso e os despedimentos.

### O «fiado» na loja

Na intervenção de abertura, Alda Coelho, na qualidade de dirigente da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, fazendo um breve balanço da situação ac-

tual no Alentejo e Ribatejo, lembrou que a situação que hoje se vive «faz lembrar os dias negros do fascismo». De novo, as nossas aldeias e vilas se deparam com centenas de trabalhadores encostados às esquinas das paredes, porque não têm trabalho.

«Estamos novamente como no tempo do fascismo — frisou a oradora — a viver na base de fiados nas lojas, na esperança de amanhã arranjar trabalho para poder pagar. Há casas em que se deve ao merceiro mais de 50 contos. Tal como antigamente, muitos trabalhadores começam a andar de herdade em herdade à pro-

gelo imposto pelo fascismo e levado à prática pelos grandes agrários».

### Medidas demagógicas

Aludindo à situação actual, o deputado comunista salientou que o «desemprego não se combate com medidas demagógicas, como aquelas que o Governo consagrou no Orçamento do Estado recentemente aprovado, a que chamou "zona crítica alentejana", e que prevê uma verba de 600 mil contos não para combater o desemprego mas para encher mais uma vez os bolsos dos agrários, à semelhança do que aconteceu nos últimos anos».

Por seu turno, Mário Silva, do Secretariado Nacional da CGTP-IN e da direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora, levando ao Encontro alguns dados sobre a região, salientou que antes do 25 de Abril, no Alentejo, com



dos, sofririam o desemprego, a miséria, a fome. De 1970 a 1974, cerca de 77 mil rurais tiveram de abandonar o País».

No documento de conclusões aprovado por unanimidade no final dos trabalhos, responsabiliza-se o Governo pela situação existente, denunciando-se as 500 herdades abandonadas (com uma área superior a 200 mil hectares) e as mais

seguro de desemprego, seguro social de desemprego e formação profissional em «nada resolvem os problemas» existentes, e que estas são as leis «contra os trabalhadores desempregados que o Governo e a UGT cozinham no Conselho de Concertação Social», o documento de conclusões exige a revogação de tais diplomas, considerando que «o direito ao trabalho», constitui um factor de desenvolvimento do País e é indispensável uma política de formação profissional séria e honesta que tenha em conta a legislação e o contrato de trabalho.

Defendendo a existência de uma alternativa a esta política de «fome e miséria» o Encontro afirmou, por outro lado, que é possível acabar com o desemprego desde que seja aplicada uma nova política virada para o desenvolvimento.

de 150 barragens e charcos cheios de água totalmente desaproveitados, e considera-se que a Reforma Agrária é a única forma de exploração que garante o aumento da produção, o desenvolvimento da agricultura e a criação de mais postos de trabalho».

### Existe alternativa

Depois de referir que os diplomas recentemente promulgados pelo Governo sobre o

uma área de um milhão e 600 mil hectares de terra, 700 mil «eram coutadas e estavam abandonadas; com mais de 500 hectares existiam 791 explorações; 73 por cento da grande propriedade (que andava entre os mil e os dois mil hectares), estava aqui situada; os agrários levavam à falência pequenos e médios agricultores. Entre os anos 50 e 70 mais de 120 mil desses pequenos e médios agricultores foram levados à falência. Por outro lado, os trabalhadores rurais eram brutalmente explora-

dos, a produção agrícola nacional. Defrontando-se com graves problemas que de há muito se fazem sentir, os agricultores portugueses têm deparado nos últimos anos com novas medidas que vieram agravar consideravelmente a já precária situação em que se encontram, aproximando-a para níveis próximos do insustentável. Está neste caso os aumentos dos adubos, das rações e do gásóleo, bens que já eram os mais caros da Europa e que recentemente viram os seus preços agravados, tal como, por exemplo, os pesticidas e a electricidade. Por outro lado, foram os créditos de campanha e de armazenamento que viram as suas bonificações cor-

tadas ou o preço oficial de garantia do leite ao produtor que acabou, deixando os agricultores à mercê dos grandes industriais de lacteínos. Mas são também as importações desnecessárias de dezenas de milhares de toneladas de batata de semente ou de carne de porco, com evidentes prejuízos para os produtores, para não falar das tentativas para manter as feiras de gado encerradas, fechar os matadouros, destruir a lei dos baldios e do arrendamento rural, liquidar organismos oficiais (Juntas dos Produtos Pecuários, das Frutas, do Vinho, da EPAC e IAPO) e por aí fora.

Razões, pois, de sobra, para os agricultores descerem às ruas das nossas vilas e cidades para erguer o seu protesto contra esta política que arruina os agricultores, gera a miséria, destrói a lavoura, lesa a economia e o País.

Ao fazer-se ouvir, em concentrações, plenários, cortes de estrada, abaixo-assinados ou manifestações, os agricultores mais não pretendem do que ser respeitados e ouvidos, de que sejam atendidas as suas sugestões e propostas, designadamente a redução dos encargos com os factores de produção; a negociação de preços de garantia e do escoamento das produções; a defesa dos gados; créditos fáceis e acessíveis; e apoio técnico, económico e financeiro.

mar urgentemente as medidas de organizações necessárias e possíveis para alcançar esses objectivos. Seguem-se as medidas orgânicas e políticas para alcançar os objectivos propostos (constituição de Comissões Eleitorais, Concelhias e de Freguesia, reforço das Comissões Concelhias e de Freguesia, aproveitamento das potencialidades das células das grandes empresas, programação da intervenção política e das iniciativas), considerações sobre o alargamento da unidade e a formação das listas.

Neste último ponto recordou-se, nomeadamente, o facto de haver 12 novas freguesias no distrito: cinco no concelho de Coruche, quatro no de Rio Maior, duas em Vila Nova de Ourém e uma em Salvaterra de Magos.

### Atenção às próximas eleições

Os pontos seguintes tratam da calendarização das tare-

fas, da Informação/Propaganda/Equipamentos (onde se chama a atenção para os boletins e comunicados da APU, aos balanços tipo «APU presta contas», etc., e se propõem medidas de acção concretas) e das Iniciativas. Quanto a estas considera-se indispensável que visem obter melhor conhecimento dos problemas locais e a divulgação das propostas da APU, sugerindo-se a realização de colóquios, debates, jornadas APU, encontros, etc., considerando a realização de iniciativas voltadas para sectores específicos da população, dando particular atenção à juventude e às mulheres.

Seguem-se os programas eleitorais (onde se salienta que «a experiência já demonstrou a importância de nos apresentarmos ao eleitorado com o nosso próprio programa, fundamentado no conhecimento da realidade concreta, das carências e das possibilidades de as resolver»), a atenção a dar à Comunicação Social, uma referência à importância da AE-

Nacional

# 8 de Março comemorado em todo o País

## ● Concentração no sábado às 16 horas na Praça da Figueira

O 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, vai ser comemorado um pouco por todo o País. Dia de festa e de luta será, por isso mesmo, assinalado com acções culturais e de protesto pelo não cumprimento das leis portuguesas.

Assim, em Lisboa, o MDM, a USL e a USS apelam a todas as mulheres para que participem numa concentração por eles promovida e que se realiza no dia 9, pelas 16 horas, na Praça da Figueira.

Também em Braga vai ser comemorado o Dia Internacional da Mulher. Aí, as comemorações prolongam-se de sets a 10 de Março.

No dia 8, na Casa dos Crivos, em Braga, será tempo de mesa-redonda sobre «a mulher hoje em Portugal — que direitos/que participação». Depois, no dia 10 (domingo), haverá uma concentração-festa em Braga — pelas 15 e 30 na Avenida Central — e uma outra em Guimarães, pelas 15 e 30, no Jardim Toural. De 7 a 9 realizar-se-ão visitas a empresas, distribuição de documentos, jornadas de esclarecimento e protesto nos mercados de Braga, Guimarães, Barcelos e Vila Nova de Famalicão. Estas iniciativas são promovidas pela comissão distrital das comemorações, pelo MDM e pelo departamento de mulheres do movimento sindical.

Em Setúbal, o MDM promove uma exposição sobre «mulheres que deram nome a ruas de Setúbal». Será aberta a sala Olga de Moraes Sarmiento, no Museu da Cidade — com uma exposição do seu espólio. Finalmente, pelas 20 horas, realizar-se-á um jantar comemorativo no restaurante Laginha.

Na inauguração da exposição — às 15 horas — será lançado um pequeno livro sobre o mesmo tema. Em Arraiolos, haverá teatro pelo Centro Cultural de Évora. O espectáculo («sobre isto não se fala»), é promovido pelos Serviços Culturais da Câmara e decorrerá a partir das 20 e 30 do dia 8 no parque de viaturas dos Bombeiros Voluntários.

No Porto, as comemorações prolongar-se-ão de 8 a 10. No primeiro dia serão distribuídos documentos e flores na Praça da Batalha, haverá diversas bancas e será exposta uma mostra fotográfica sobre o assunto. No dia 9 é tempo para um jantar-convívio, para uma exposição de artes plásticas e para uma sessão-espéculo no teatro Carlos Alberto. Depois, no último dia, será distribuída a Carta dos Direitos da Mulher e haverá sessões comemorativas em Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Gondomar.

Em Viana do Castelo dia 8 é data para um jantar-convívio, e dia 9 para uma sessão comemorativa. Em Aveiro e Espinho haverá sessões comemorativas e distribuição de documentos.

Em Campo Maior será organizada uma sessão comemorativa. Em Estremoz, Mora, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo e Évora, serão projectados filmes, haverá sessões e estarão patentes ao público diversas exposições. No distrito de Beja o programa é um pouco diferente. Em Moura, realiza-se um encontro concelhio unitário de mulheres, estando também previstas sessões comemorativas em Aljustrel e Vidigueira.

Em Coimbra, duas expo-

sições assinalarão o Dia Internacional da Mulher. Uma é consagrada à «Vida e Obra de Maria Lamas»; a outra é de artesãos da região. No próprio dia 8 serão distribuídos documentos e papoalhas nas enfermarias de mulheres (como o «Avante!» noticiou na semana passada) e no dia 11 Maria do Céu Guerra fará um recital.

Finalmente, em Leiria haverá uma vigília de mulheres e distribuição de documentos. No dia 9 é tempo para almoço-convívio e, no dia 10, haverá espectáculo na Marinha Grande.

### A mulher trabalhadora

A CGTP-IN, que está a proceder a «um levantamento actualizado da situação das mulheres trabalhadoras», além das comemorações do 85.º aniversário do Dia Internacional da Mulher (8 de Março), promove em 17 e 18 de Maio próximo uma Conferência sobre a

berto Barroca e Estrela Novais. O espectáculo realiza-se a partir das 15 horas no teatro Stephens.

De 8 a 15 deste mês, mas agora em Leiria, mais precisamente na sala de exposições do Orfeão, estará patente ao público uma mostra subordinada ao tema «nós mulheres que damos a vida, defendemos a paz». A exposição é de solidariedade para com as mulheres de Greenham Common (Inglaterra).

Dia 15 de Março, no mesmo local, haverá um colóquio sobre a paz. Nesta iniciativa participará Isaura Vieira, membro do Secretariado Nacional do MDM. Serão lidos poemas pelo Grupo Autónomo de Trabalho da escola R. Lobo.

### Viana do Castelo

Em Viana do Castelo, uma delegação de mulheres irá entregar um abaixo-assinado ao Governo Civil, sendo também

## Saudação da DORL

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP emitiu um comunicado de saudação a todas as mulheres do distrito. A mensagem, emitida por ocasião do Dia Internacional da Mulher, salienta «a firmeza e combatividade da mulher na luta pelos seus direitos específicos», pelo direito ao trabalho e pela paz.

Este organismo do PCP reafirma que as mulheres, «solidárias com a luta popular e participando nela, têm dado prova de elevada consciência de que só defendendo o regime democrático e as suas conquistas é possível o bem-estar, o progresso e a paz no nosso país e a concretização das suas aspirações de igualdade na sociedade, no trabalho e na família».

No comunicado, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP apela às mulheres do distrito para que participem na preparação e na concentração-festa convocada pelo MDM e pelos departamentos de mulheres da USL e da USS, que se realiza este sábado, pelas 16 horas, na Praça da Figueira.

Mulher Trabalhadora. As várias iniciativas no âmbito das comemorações incidem em questões como o desemprego (mais de 400 mil trabalhadoras afectadas); a desigualdade salarial; a discriminação profissional; a falta de estruturas sociais de apoio à vida familiar; e o incumprimento das leis de protecção à maternidade.

### Espectáculo na Marinha e colóquio em Leiria

No dia 10 de Março, o Movimento Democrático das Mulheres, com o apoio da Câmara Municipal, promove um espectáculo com Maria Guinot, Nor-

feita uma distribuição pública do manifesto. Ainda dia 8, haverá um jantar comemorativo, em que estará presente Virgínia Moura.

Já no dia 9, no salão do Sindicato da Construção Civil, realizar-se-á uma sessão comemorativa-festa, com início às 21 e 30.

### Lídia Jorge em Almada

Promovido pela Câmara Municipal de Almada, realiza-se no dia 8 um colóquio sobre a temática da mulher portuguesa.

A iniciativa, seguida de debate, será orientada pela escritora Lídia Jorge e decorrerá na Biblioteca Municipal a partir das 21 e 30.



Quando se trata de amizade e brincadeira, os Pioneiros da Póvoa de Santo Adrião não falham uma! E assim foi no Carnaval, que se calhar a nós já nos parece tão distante, mas que continua presente como uma recordação bem viva para as cerca de 120 crianças que no sábado que antecedeu aquela festa se juntaram no salão da Junta de Freguesia, quase todas equipadas com um instrumento musical «para fazer barulho»...

A festa incluiu um espectáculo feito pelos próprios pioneiros e um concurso de máscaras que premiou as cinco melhores.

## Jornada de luta foi um êxito

# Milhares de agricultores saíram às ruas em todo o País

A Jornada Nacional de Reclamação e Protesto da Lavoura que terminou no último domingo, depois de uma semana de acções que mobilizaram em todo o País milhares de agricultores, constituiu um assinalável êxito, quer pela quantidade de iniciativas que tiveram lugar, quer pelo número de participantes que envolveu, quer ainda pela crescente tomada de consciência revelada pelos homens do campo sobre a importância da sua força e unidade para a resolução dos problemas que afligem o sector.

Em causa estavam as medidas do Governo contra a lavoura, orientação que tem vindo a estrangular aos poucos a

produção agrícola nacional. Defrontando-se com graves problemas que de há muito se fazem sentir, os agricultores portugueses têm deparado nos últimos anos com novas medidas que vieram agravar consideravelmente a já precária situação em que se encontram, aproximando-a para níveis próximos do insustentável. Está neste caso os aumentos dos adubos, das rações e do gásóleo, bens que já eram os mais caros da Europa e que recentemente viram os seus preços agravados, tal como, por exemplo, os pesticidas e a electricidade. Por outro lado, foram os créditos de campanha e de armazenamento que viram as suas bonificações cor-

tadas ou o preço oficial de garantia do leite ao produtor que acabou, deixando os agricultores à mercê dos grandes industriais de lacteínos. Mas são também as importações desnecessárias de dezenas de milhares de toneladas de batata de semente ou de carne de porco, com evidentes prejuízos para os produtores, para não falar das tentativas para manter as feiras de gado encerradas, fechar os matadouros, destruir a lei dos baldios e do arrendamento rural, liquidar organismos oficiais (Juntas dos Produtos Pecuários, das Frutas, do Vinho, da EPAC e IAPO) e por aí fora.

Razões, pois, de sobra, para os agricultores descerem às

## Poder local

### No Entroncamento em Encontro Distrital

Decorrendo durante todo o domingo passado na Escola Secundária do Entroncamento, o Encontro Distrital de Santarém de Eleitos e Activistas do PCP e da APU nas Autarquias Locais mobilizou 200 pessoas e uma animada discussão, de que foram vivo testemunho as 24 intervenções produzidas ao longo dos trabalhos. As intervenções de encerramento estiveram a cargo dos camaradas Luís Sá, membro suplente do CC do PCP e director da revista «Poder Local», Raimundo Cabral, membro da Comissão Política do CC do PCP. Nas aprovações finais, além da do projecto de conclusões, há a realçar a aprovação de uma moção sobre o Ano Internacional da Juventude.

As conclusões do Encontro foram agrupadas em 17 pontos, consubstanciando o muito que se discutiu e decidiu nas intensas horas de trabalhos que, como dissemos, ocuparam todo o dia do passado domingo.

O primeiro ponto considerou a tarefa prioritária e imediata da preparação das eleições autárquicas '85, ligando esta tarefa à luta mais geral pela demissão do Governo PS/PSD, também responsável pela mais brutal ofensiva política contra o Poder Local democrático.

Quanto aos objectivos eleitorais (resumidos no 2.º ponto)

## PCP passa a pente fino Autarquias de Santarém

foi visto que «todas as organizações concelhias e de Freguesia devem definir e precisar com urgência os seus objectivos eleitorais, mesmo considerando todos os eventuais ajustamentos resultantes de alterações políticas globais ou do quadro partidário a nível local, regional ou nacional», sendo «indiscutível a possibilidade e importância de concorrer a todos os 219 órgãos autárquicos do distrito» e demonstrando «haverem condições políticas para a APU ganhar em novos municípios e freguesias do distrito de Santarém», importando, por isso, to-

### Atenção às próximas eleições

Os pontos seguintes tratam da calendarização das tare-



COD, a atenção a ter com o recenseamento eleitoral e com a campanha eleitoral e a valorização do trabalho das Câmaras e Juntas APU, que constitui um poderoso manancial de informação sobre o bom trabalho realizado, no concreto, pelas gestões da Aliança Povo Unido.

Finalmente a atenção a dar às actividades dos outros partidos e a Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas '85 completam as Conclusões. Neste último ponto afirma-se que «as organizações e quadros do Partido devem, desde já, empenhar-se nos trabalhos preparatórios da Conferência, particularmente no que toca ao preenchimento dos vários inquéritos já solicitados e à elaboração das intervenções já previstas (ou outras) para as secções».

# BOLETIM DE INFORMAÇÃO

Documentos dos Partidos Comunistas e Operários em artigos e intervenções de grande actualidade

edições Avante!

BOLETIM DE INFORMAÇÃO

Documentos dos partidos comunistas e operários em artigos e intervenções







# Suplemento /

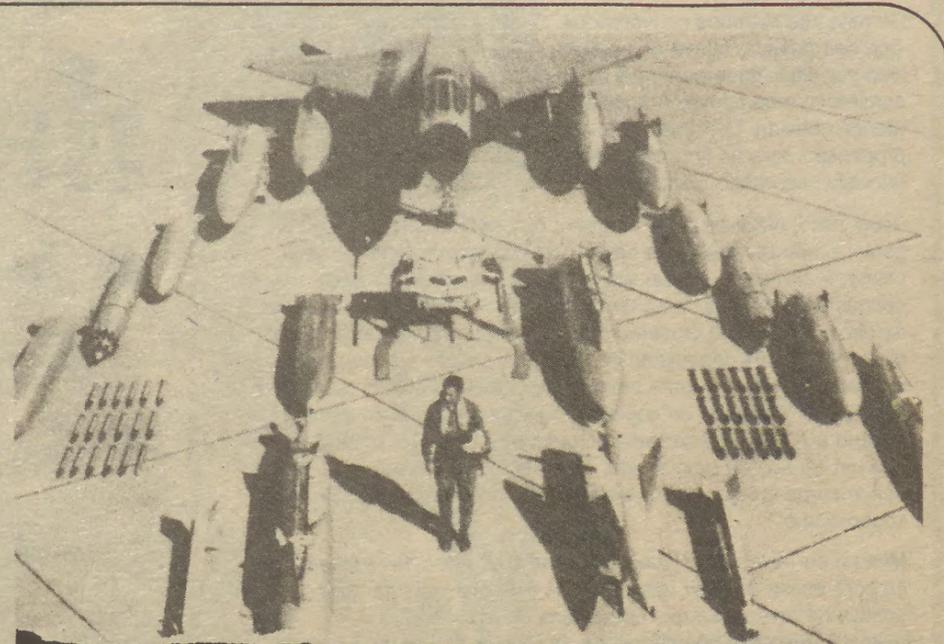
**Avante!**

Ano 53 - Série VII  
N.º 584  
7 de Março de 1985  
Suplemento n.º 148  
Não pode ser vendido  
separadamente

## REFORMA AGRÁRIA INDISPENSÁVEL AO PAÍS

**O exemplo  
que nos chega  
de terras  
do Vale do Sorraia**

Págs. 4/5



**Defesa  
Nacional  
ou defesa  
da NATO?**

Págs. 10/11



XII MOCBA 1985

## Festivais Mundiais da Juventude e dos Estudantes

Um património  
de 11 edições  
em 4 décadas Págs. 8/9



**A verdade  
sobre Ialta**

Págs. 12/13

# a Talhe de FOICE

## Milagres

De milagres estamos conversados. Santo António, que parece ter sido boa pessoa, falava aos peixes. E não é de crer que tivesse sido por dificuldade sua para as línguas, pelo menos o latim dominaria, mas porque o auditório humano lhe não prestava a atenção devida. O Primeiro-Ministro deste reino, com menos propensão para as línguas, apareceu entretanto no aquário televisivo soprando bolhas de ar e reivindicando-se do milagre.

Económico, dizia ele. Mas ninguém o acreditou. Milagre, pensou a gente, é não lhe crescer o nariz. É ele conseguir ainda arranjar palavras. Milagre é ele ser ainda Primeiro-Ministro. O resto é apenas a bolha de ar para tentar distrair o pessoal das dentadas de piranha que este Governo tem perpetrado nos flancos do país, abocanhando as conquistas de Abril, sangrando a economia, sugando os trabalhadores pelas costas, roendo até ao osso, se o deixassem, a própria democracia, na voragem de tudo destruir. Milagre é o Governo ser ainda Governo, o país ser ainda país e não um buraco ou uma dívida, um salário em atraso, um desemprego crónico, uma doença, uma porta escancarada ao imperialismo.

Milagre ou talvez não. Que não é por acaso que se resiste e, embora possa parecer maravilha de espantar, na luta contra a política de destruição das conquistas de Abril, contra o aniquilamento das liberdades, se tem vindo a reforçar a unidade dos trabalhadores e dos democratas, se tem vindo a alargar a base social de apoio a uma alternativa ao mesmo tempo que se estreita cada vez mais a sustentação social e política do Governo e dos partidos da coligação, desavindos e fracturados.

A luta em defesa de Abril, o seu reforço, tem sido o principal factor de desagregação das hostes dos políticos e dos partidos que persistem em remar contra a maré da História. A crise que instalaram na sociedade portuguesa vinga agora no seio dos partidos governamentais confrontados com a impossibilidade de desenvolverem os seus projectos antipatrióticos até ao fim.

Remodações, mais ou menos «mini», quedas e suspensões de ministros, controvérsias públicas relativas às iniciativas legislativas da maioria e do executivo, desgraças e graças no interior dos partidos, mostram que esta maioria agoniza, que o Governo está por um fio. Que tem razão a luta contra a sua política.

Tal como um cavalo de patas partidas que se ampara, sem remédio, sobre os ossos fracturados, o Governo está pendurado no fio institucional. Mas tal como os cavalos se abatem também os Governos se derrubam. Derrubar este Governo é um acto necessário. Porque o arrastamento da sua precária existência, para além de prolongar inutilmente o sofrimento do povo, permite cavar mais fundo na crise, compromete o futuro, torna mais difícil a necessária recuperação económica, mais doloroso o remédio que combaterá o estado debilitado em que a política do PS e do PSD mergulhou o país.

É que em milagres políticos ninguém acredita. De milagres estamos conversados. Como ninguém acredita que este Governo, mais ou menos coberto de ligaduras e de pensos, saia por vontade própria, sem o empurrão que o afaste da condução dos negócios do país.

Têm boas razões os que não querem deixar as cadeiras do poder. E, se porventura, a atracção dos muitos e variados tachos que o poder tem permitido é razão para este apego, a nível de cada um dos ministros, secretários e outros detentores de lugares políticos, trata-se agora, sobretudo, para os partidos da coligação, de não abandonar o panelão que o Governo constituiu para refogar o futuro de cada um deles.

Se ninguém acredita nas bolhas de ar soaristas repetindo que o executivo é para durar até 1987, as palavras de Machete na viagem pacificadora que efectuou há dias pelas distritais desavindas do PSD são significativas. Ao mesmo tempo que refere a necessidade de se preparar o PSD para eleições antecipadas, deixa ver com clareza que a questão fundamental que mobiliza os partidos da «maior maioria», que os une e os antagoniza, é a questão das presidenciais. E nessa estratégia pensam duas vezes antes de abandonar um poleiro que é ao mesmo tempo tribuna de propaganda, centro distribuidor de benesses, meio de pressão eleitoral.

Estão dispostos a muito para fazer durar o moribundo Governo. A milagres de entendimento. A todos os truques de prestidigitação.

■ L.M.

# Intensificar as acções de massas

- **Jornada de 16**
- **Forte apoio e adesão**
- **Salários em atraso:**  
**razões reconhecidas pela OIT**

**A**s «condições favoráveis ao desenvolvimento e intensificação das acções de massas» foram reafirmadas pela comissão executiva do conselho nacional da CGTP-IN na reunião que em 26 de Fevereiro findo efectuou em Lisboa com vista à preparação da Jornada Nacional de Luta decidida em Plenário Nacional de Sindicatos para o próximo dia 16.

Esta acção a efectuar no sábado da próxima semana e à qual já aderiram as organizações sindicais de vários distritos, é encarada pela direcção da Inter como «tarefa central e imediata

do movimento sindical e dos trabalhadores». A sua preparação deve «saldar-se numa demonstração inequívoca da enérgica oposição popular a esta política e a este Governo».

Depois de confirmar «o nulo efeito da chamada "remodelação" do Governo sobre a política ruinosa que o tem caracterizado», o executivo da Central refere «a insistência na revisão da Lei da Greve»; os «projectos de destruição e a aceleração do desmantelamento efectivo de importantes empresas públicas»; a «ameaça de novos despedimentos colectivos em várias empresas e sectores»; a «destruição do aparelho produtivo, de que é





exemplo o que se passa no sector automóvel» (montagem); a «desvalorização contínua do escudo, que acelera brutalmente o valor da dívida externa»; e os «novos casos de corrupção, envolvendo membros do próprio Governo».

A comissão executiva do conselho nacional da CGTP-IN, que considera a demissão do Governo PS/PSD um «acto imperativo, urgente e patriótico», apela ao prosseguimento da luta nas empresas, regiões e sectores «em defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores», apela à «mobilização generalizada contra a aprovação do projecto de lei da greve» e à intensificação das «acções que conduzam à inviabilização do pretendido aumento das rendas de casa».

As conclusões da reunião do executivo da Inter assinalam, quanto à revisão da Lei da Greve, que o novo projecto mantém «todos os aspectos negativos do anterior», incluindo «a introdução inconstitucional do lock-out»; quanto à escalada contra o sector empresarial do Estado a CE, refere, a título de exemplo, os organismos de coordenação económica e a Petrogal.

Além dos distritos, onde as organizações intermédias da CGTP-IN já decidiram efectuar acções de luta no dia 16, (casos de Lisboa, Leiria, Coimbra, Évora, Aveiro e Braga) a União dos Sindicatos de Viana do Castelo marcava para o passado dia 1 um plenário de sindicatos e delegados sindicais, aberto à participação de outras organizações representativas, com o objectivo de preparar as acções integradas na Jornada do próximo dia 16.

Das organizações sindicais que entretanto manifestaram a sua adesão à

Jornada, destaca-se o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa (CESL) que se propõe fornecer «uma grande contribuição» às «importantes acções de massas previstas para 16 de Março».

Manifestaram também a sua adesão à Jornada as comissões de trabalhadores de meia centena de empresas do distrito de Lisboa, durante um encontro promovido quinta-feira passada pela comissão coordenadora da CIL (Cintura Industrial de Lisboa).

### Salários em atraso afectam 40 mil só num sector

Ao reafirmar também a sua adesão à Jornada Nacional de Luta do dia 16, o conselho nacional da FSMMP — Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, reunido na quinta-feira passada em Lisboa, salientava que todos os problemas do sector se têm agravado ultimamente, como «consequência da política desastrosa do actual Governo», são já cerca de 40 mil os trabalhadores que, no sector coberto pela Federação, não recebem salários pontualmente, e muitos há vários meses.

A FSMMP acentua ainda a gravidade de situações resultantes do aumento dos despedimentos e do número de contratados a prazo — situações que se traduzem em fome e miséria.

Só a intensificação da luta, que se tem verificado no âmbito do sector, tem obrigado o patronato e o Governo a ceder em algumas das suas posições, «nomeadamente quanto às reivindicações contratuais e salariais» e, por vezes, no pagamento de salários em atraso.

«No âmbito mais geral, acrescenta o CN da FSMMP, a luta foi determinante para impedir o Governo de concretizar iniciativas ainda mais gravosas nos campos jurídico, económico e social».

A «confiança na luta e na firmeza dos trabalhadores» é reafirmada pelo conselho nacional da Federação que definiu, como «tarefa prioritária e imediata a mobilização activa pela resolução dos problemas concretos sentidos em cada empresa e pelos seguintes grandes objectivos: pagamento dos salários em atraso; defesa do sector empresarial do Estado; defesa dos postos de trabalho/contratos os despedimentos; contra o aumento do custo de vida; actualização salarial nas empresas; resposta do Governo aos problemas dos trabalhadores e ao futuro

das empresas e sectores (naval, automóvel, siderurgia, metalomecânica e minas); efectiva reconversão das empresas de montagem automóvel e defesa dos postos de trabalho; contra a repressão nas empresas, contra o pacote antilaboral e a nova pida; pelos direitos e liberdades democráticas e sindicais; pela demissão do actual Governo; por uma nova política e um novo Governo que a concretize».

### A OIT dá razão à Inter e convida o Governo a rever as suas «estatísticas»

«As recomendações da OIT (Organização Internacional do Trabalho) para a resolução do problema dos salários em atraso coincidem, no fundamental, com as propostas da CGTP-IN», afirma a Central unitária em comunicado de quinta-feira passada. A OIT, que faz «recomendações precisas ao Governo», colocando-o sob «apertada vigilância», neste caso das dívidas salariais, «censura vivamente — por ser contrário à Convenção 95 — o conceito restrito de salário adoptado pelo Governo, que exclui as prestações complementares do salário-base, e tem sido utilizado para

apresentar números de salários em atraso inferiores aos reais. A OIT convida o Governo a rever as suas estatísticas», salienta a CGTP-IN.

O relatório da comissão tripartida nomeada pela OIT para apreciar a reclamação da CGTP-IN contra o Governo Português acerca da situação dos trabalhadores com salários em atraso foi aprovado na quarta-feira da semana passada pelo conselho de administração da OIT. A aprovação foi por consenso.

A CGTP reclamava contra a violação das seguintes convenções internacionais: protecção do salário (95); férias anuais pagas (132); inspecção do trabalho (81 e 129); trabalho forçado (29 e 105) e liberdade sindical (87, 98, 135).

Segundo a CGTP, «o relatório da OIT considera como questão principal na situação dos salários em atraso a violação pelo Governo português da convenção n.º 95 sobre protecção do salário, dando inteira razão à CGTP-IN; confirma que o Governo não respeita a Lei; que tem a obrigação de assegurar a efectividade das normas que visam o pagamento regular dos salários» — normas que não assegurou.

### Trabalho forçado

Depois de referir, segundo o relatório da OIT, que não existem em Portugal os meios para a efectiva aplicação da convenção 95 e de reparação pelos prejuízos sofridos pelos trabalhadores, aquela Organização internacional reconhece, quanto à acusação de «trabalho forçado» apresentada pela Inter, que, «em conjuntura de desemprego, o trabalhador com salário em atraso não tem a liberdade prática de mudar de emprego, não podendo considerar-se «voluntária» a sua decisão de permanecer na empresa».

O conselho de administração da OIT — refere ainda a CGTP-IN, «considerando a gravidade e urgência da situação» dos salários em atraso, «recomenda especial vigilância sobre o Governo português (membro daquela Organização internacional) obrigando-o a apresentar, até 30 de Junho, relatórios detalhados sobre a aplicação das convenções violadas e recomendando-lhe a adopção de várias medidas para garantir o efectivo pagamento dos salários».

■ João Chasqueira

## Reforma Agrária indispensável ao País

# O exemplo que nos chega de terras do Vale do Sorraia

**J**ornalistas portugueses e estrangeiros, em representação de 16 órgãos de informação, efectuaram no final da passada semana, a convite dos Secretariados Distritais das UCP's/Cooperativas e dos Sindicatos Agrícolas, uma visita a terras da Reforma Agrária, no concelho de Coruche.

Ao proporcionar esta deslocação, ao dar oportunidade de ver e conhecer de perto esta realidade económica e social criada com a Revolução de Abril, os promotores da iniciativa não esconderam a sua intenção de levar ao conhecimento do público em geral um pouco daquilo que, desde há vários anos a esta parte, lhe tem sido sistematicamente ocultado. Tentando quebrar esse silêncio que paira sobre as suas posições, procurando furar a apertada campanha de desinformação existente na generalidade dos órgãos de informação a soldo do Governo, o que os trabalhadores agrícolas propuseram aos jornalistas foi simplesmente isto: vejam, contactem, perguntem o que quiserem e, depois, contem da melhor forma que puderem (ou, contem o que puderem da melhor forma possível).

### Portas abertas

Afirmando nada ter a esconder, de portas abertas ao povo e ao País, os obreiros da Reforma Agrária procuraram deste modo não perder a possibilidade de dar a conhecer a verdade que se vive nos campos do Alentejo e Ribatejo, de falar sobre os problemas, os anseios e aspirações que dominam a vida de dezenas de milhares de trabalhadores e suas famílias.

E a iniciativa, não sendo propriamente inédita, não deixou de ter, segundo cremos, bastante impacto (pese embora as estranhas e incompreensíveis — serão? — ausências de alguns órgãos de comunicação, como a RTP, proporcionando aos visitantes uma visão actualizada e mais ou menos completa da realidade que efectivamente se passa nos campos da Reforma Agrária.

Com efeito, ao visitarem uma Unidade Colectiva de Produção (UCP) — a «Junção de Cooperativas da Volta do Vale» — os jornalistas tiveram ensejo de conhecer um caso que pela sua exemplaridade atesta bem a vitalidade da Reforma Agrária, comprova as potencialidades e capacidades que encerra esta nova e superior forma de exploração agrícola.

### Rendimentos notáveis

Os resultados obtidos pelas unidades de produção em toda a zona da

Reforma Agrária (ver caixa), apesar das condições adversas que têm de enfrentar, são a melhor prova desta realidade, conseguindo as UCP's/Cooperativas obter rendimentos unitários superiores à média nacional e, nalguns casos mesmo, superiores em relação à média europeia.

Ainda bem recentemente o Encontro de Culturas da Primavera, que reuniu em Coruche cerca de 600 delegados, tratou de comprovar esta situação, tendo os trabalhadores concluído não ser viável relançar e dinamizar a agricultura e a produção nacional sem o contributo da Reforma Agrária que continua a ser a solução necessária para o desenvolvimento agrícola, designadamente no Alentejo e Ribatejo.

Aliás, conforme foi insistentemente sublinhado durante a visita, uma questão que hoje se coloca é a de saber até onde poderiam ir as unidades de produção e a Reforma Agrária, como estaria hoje a nossa agricultura no Sul, como estaríamos em matéria de produção de bens alimentares que o País carece, se em vez de toda a espécie de boicotes, de ilegalidades e arbitrios, das tentativas de cerco e asfixia a que tem sido sujeita, a Reforma Agrária fosse apoiada e acarinhada, os seus trabalhadores pudessem produzir em paz e segurança.

Assim o não tem entendido o Governo PS/PSD e quantos o precederam, ao concretizar uma cega política de reconstituição do latifúndio, sacrificando a produção, os interesses da economia do País, mantendo-se indiferente às possibilidades das unida-



Dionísio Moisés, presidente da «Junção da Volta do Vale» (UCP que agrupa seis cooperativas), falando aos jornalistas

des de produção e alheio às propostas devidamente fundamentadas da Reforma Agrária (ver caixa).

### Política de ruína

Mas a verdade é que — e a experiência têm-o demonstrado — no quadro actual da estrutura fundiária no nosso País, as UCP's/Cooperativas (forma original e moderna de organização) são as explorações que melhor correspondem às condições sociais, de solo e clima do Alentejo e Ribatejo; as que apresentam mais potencialidades para a curto prazo contribuírem para a necessária e urgente melhoria da produção agrícola e pecuária.

Ora é justamente à luz destes factos que não se compreende que seja possível manter uma política que arruína a agricultura, lesa a economia,

põe em causa a soberania e a independência nacional.

Quando Portugal importa anualmente milhões de contos de produtos agrícolas, pecuários e derivados (164 milhões em 1984), levar a cabo uma política de terra queimada que destrói a produção, liquida as UCP's/Cooperativas, lança milhares de trabalhadores no desemprego constitui um verdadeiro crime contra os interesses nacionais, a que urge pôr cobro.

Daí, conforme foi salientado por Lino de Carvalho, do Secretariado das UCP's de Évora, que esta seja uma política condenada ao fracasso e à derrota.

A luta e a acção firme e corajosa do proletariado rural, o seu esforço para intensificar a produção e aumentar os rendimentos das UCP's/Cooperativas, o seu empenhamento em contribuir para tornar Portugal menos dependente do estrangeiro em produtos

alimentares essenciais, constituem as premissas que permitirão impor uma pesada derrota a esta política de desastre, a quantos apostam no regresso ao passado.

### Entusiasmo e confiança

Há perto de dois anos o «Avante!» efectuou uma reportagem em terras do Vale do Sorraia. Na altura, entre outras, visitámos precisamente a «Junção de Cooperativas da Volta do Vale».

Na reportagem então publicada, fazendo o ponto à situação, dizia-se: «A Reforma Agrária foi golpeada, aqui e ali enfraquecida. Viu-se desapossada das melhores terras; roubaram-lhe gados, instalações, máquinas e alfaías; o desemprego voltou.

«Mas o essencial permaneceu. Por força da luta heróica dos seus trabalhadores, do seu enraizamento profundo na vida dos homens, mulheres e jovens dos campos e aldeias do Alentejo e Ribatejo, a Reforma Agrária soube resistir, enfrentar as dificuldades, adequar as melhores respostas (quer no plano político, quer no organizativo) à desenfreada ofensiva de sucessivos governos de direita, desde o PS/Mário Soares sozinho mas aliado (já então) a direita.»

Pois bem: dois anos volvidos, estas palavras continuam actuais. E o resultado dessa luta aí está: a Reforma Agrária de pé, dando mostras da sua energia, provando ser a única alternativa capaz para o desenvolvimento da agricultura nos campos do Sul.

### computador

Na última sexta-feira, ao longo da visita, tal como há dois anos, ouvimos



Construída inteiramente com os dinheiros da Cooperativa (o seu custo ultrapassou os 20 mil contos), a barragem do Sabachão, inaugurada o ano passado, veio permitir a rega de cerca de 160 hectares de terra; entretanto, uma segunda barragem está já praticamente concluída, prevendo-se ainda uma terceira que deverá ficar pronta em 1986

## Se houvesse apoio...

De acordo com um estudo efectuado pelos Secretariados e Uniões das UCP's/Cooperativas Agrícolas e Sindicatos da Agricultura, uma correcta política de apoio e incentivo à agricultura, designadamente à Reforma Agrária, permitiria em apenas dois biénios, satisfazendo praticamente as necessidades do País, alcançar os seguintes resultados:

- aumentar o rendimento unitário do **trigo** para **2000 quilos/hectare** o que proporcionaria uma produção de **900 000 toneladas**;
- aumentar o rendimento unitário no **centeio** para **1300 quilos/hectare**, proporcionando uma produção global de **195 000 toneladas**;
- aumentar o rendimento unitário da **cevada** e **aveia** para, respectivamente, **1200** e **1300 quilos/hectare**, ocasionando uma produção total de **720 000 toneladas**;
- aumentar substancialmente a **produção de carne** através do alargamento e intensificação das áreas de forragens e pastagens.



Com os seus oito mil metros quadrados, as estufas estão a obter excelentes resultados, conseguindo-se razoáveis produções de alface, tomate, melão e feijão verde.

palavras transmitindo coragem e incutindo confiança; sentimos a determinação de homens e mulheres dispostos a tudo fazer para defender os bens criados em resultado do seu esforço; escutámos palavras de carinho quando se tratava de falar das vacas recentemente compradas, da nova ordenha mecânica, dos tractores, da barragem construída, das terras desbravadas, da água aproveitada, das elevadas produções de arroz, tabaco e tomate.

No fim de contas, tal como há dois anos, o que está em causa é a mesma vontade de avançar, investir, criar riqueza, aumentar os postos de trabalho, reforçar a organização, aumentar

a produção, modernizar.

Na visita ao escritório, talvez com alguma surpresa de todos, fomos encontrar um micro-computador onde todos os movimentos da cooperativa

são lançados. A programá-lo, estava uma jovem — a Maria João — filha de um carpinteiro da UCP.

Decidira a Cooperativa — conforme salientou o seu presidente, Dionísio

Moisés — que fosse ela a estudar, a preparar-se profissionalmente, a adquirir a formação necessária para cumprir aquela nova tarefa.

Estava ali o exemplo do que é uma

correcta gestão apostada no desenvolvimento e no progresso. Uma forma de exploração agrícola que, contra ventos e marés, tem o futuro garantido! ■

## Junção de cooperativas da «Volta do Vale»

A UCP «Junção de Cooperativas da Volta do Vale» — reunião de seis cooperativas — surge como resultado da continuada ofensiva que, depois de sucessivos anos, as deixara individualmente debilitadas.

Com excesso de pessoal, umas; com gados mas sem terras para pastar, outras; outras ainda com máquinas mas sem técnicos; é neste contexto que a fusão surge como uma forma de racionalizar os meios disponíveis, obter um melhor aproveitamento de tudo, desde a própria rotação das terras, aos gados, máquinas, quadros técnicos e, inclusive, investimentos.

Com os seus 3500 hectares de terras (das quais 500 são de regadio) e os seus 495 trabalhadores, a «Junção da Volta do Vale» é hoje, a todos os níveis, a maior empresa de Coruche e constitui, com as outras UCP's/Cooperativas do concelho — como referiu o presidente da entidade,

camarada Carlos Gomes — o «principal pólo de desenvolvimento da agricultura, bem como de toda a vida económica e social».

O seu efectivo pecuário conta com 175 vacas leiteiras, 450 ovelhas, 180 cabras, 100 porcas criadeiras, 180 vacas de ventre e 80 novilhos. Quanto ao parque de máquinas a UCP possui 30 tractores de rodas, três de rasto, cinco ceifeiras-debulhadoras e todas as respectivas alfaias agrícolas.

Na área dos investimentos efectuados refiram-se a barragem do Sabachão inaugurada o ano passado, investimento cujo custo ultrapassou os 20 mil contos e que permitirá agora regar 160 hectares de terras; e a vacaria e uma sala de ordenha mecânica equipada com o mais moderno material e cujo custo atingiu os 21 mil contos.

A atestar os excelentes resultados que a «Volta do Vale» tem vindo a

obter, citem-se alguns números obtidos o ano passado, como sejam o arroz cuja produção atingiu um milhão e trinta e cinco mil quilos, numa área de 220 ha, isto é, 4700 quilos por hectare; o tomate, com três milhões 899 mil quilos numa área de 78 ha, o que dá 50 mil quilos por ha; o tabaco com uma produção de 128 917 quilos, em 55 ha, o que dá uma média de 2344 quilos/ha; o milho grão que numa área de 80 ha, deu 728 800 quilos, ou seja, 9110 quilos/ha; ou ainda o pimentão que totalizou 498 mil quilos em 23 ha, proporcionando uma média de 2165 quilos por hectare.

Exemplo da preocupação dos trabalhadores em introduzirem novas culturas registre-se ainda a experiência levada a cabo o ano passado com a beterraba sacarina, a qual permitiu a obtenção em apenas três hectares de 210 toneladas, ou seja 70 mil quilos por hectare. ■



33 tractores e cinco ceifeiras-debulhadoras constituem algumas das unidades que compõem o parque de máquinas da «Junção da Volta do Vale»

### Superioridade evidente

Apesar das difíceis condições em que têm trabalhado, enfrentando toda a ordem de boicotes e ilegalidades, as UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária estão a conseguir rendimentos unitários superiores à média nacional e, nalguns casos mesmo, superiores em relação à média europeia. Alguns exemplos:

#### Arroz

UCP de «Safira» — 7076 quilos/ha.  
UCP «Resistência Popular» — 5707 quilos/ha (média nacional — 4257 quilos/ha).

#### Tomate

UCP «Germano Vidigal» — 72 629 quilos/ha.  
UCP «Andrade e Silva» — 68 035 quilos/ha (média nacional — cerca de 31 000 quilos/ha).

#### Milho

Junção das Cooperativas da «Volta do Vale» — 9110 quilos/ha.  
UCP «A Luta é de Todos» — 3000 quilos/ha (média nacional — 1197 quilos/ha).

#### Tabaco

UCP «Cravo Vermelho», de Foros de Vale Figueira — 3252,6 quilos/ha.  
UCP «Boa Esperança», de Lavre — 2839,8 quilos/ha (média nacional — 2100 quilos/ha).

#### Trigo

UCP «1.º de Maio», de Avis — 2828 quilos/ha.  
UCP «Terra de Pão», de Salvada — 3251,3 quilos/ha.  
UCP «Torre de S. Brissos» — 2345,5 quilos/ha (média nacional — 1202 quilos/ha). ■



No complexo agro-pecuário, cujo custo atingiu os 21 mil contos (também em regime de auto-investimento devido à recusa de quaisquer créditos), onde está instalada uma moderna ordenha mecânica, existem hoje cerca de mil e duzentas cabeças de gado

# SETENAVE

## Nacionalização resiste a oito anos de estrangulamento

**S**ituados em Setúbal, os maiores estaleiros navais portugueses, os da Setenave, estão cotados como sendo um dos melhores a nível europeu, seja pela sua capacidade, seja pela qualificação dos seus trabalhadores. No entanto, desde há já largos anos que se debatem com dificuldades diversas, resultantes da política restauracionista dos sucessivos governos de direita.

Temos assim que de uma situação outrora invejável, num ramo em que a quebra de investimento se repercutiu de forma imediata, a Setenave debate-se hoje com a falta de encomendas e com a ausência de medidas de saneamento financeiro, do que resulta um subaproveitamento da capacidade produtiva desta empresa nacionalizada.

A actual situação, como sublinhou a 5.ª Assembleia da Célula da Setenave do PCP, «é da responsabilidade exclusiva da política de restauração monopolista, levada à prática pelo Governo PS/PSD, continuador da defunta AD».

### A frota nacional

Actualmente, a carteira de encomendas da Setenave resume-se a 3 navios para a frota nacional e a mais quatro barcaças. Sabendo-se que a frota nacional da Marinha Mercante é revolúta, cabe perguntar o porquê de tão pouco trabalho nacional destes estaleiros navais?

A resposta é-nos dada uma vez mais pela política governamental que,

não só não a renova, como extingue empresas e freta navios ao estrangeiro.

Porque é que se pretende matar uma empresa tão útil para a economia do país? É tão simples como o é criminoso. Por um lado aniquila-se a frota nacional, deixando-a apodrecer, e por outro tira-se a grande capacidade concorrencial aos estaleiros navais. Estas duas medidas não serão por certo alheias à tão almejada, governamentalmente, adesão de Portugal ao Mercado Comum, assim como o não é à tentativa de restauração dos monopólios.

E os exemplos do estrangulamento da Setenave sucedem-se a um ritmo impressionante. Desde o não cumprimento de prazos de entrega (quando a empresa tinha capacidade de os cumprir) até ao cancelamento de contratos proveitosos, ou à interrupção da construção de embarcações (como aconteceu em relação aos navios S-104 e S-106 ou, mais recentemente, com os graneleiros para a CNN, cuja feitura esteve interrompida durante cerca de dezoito meses).

Entretanto, só em fretes e afretamentos de navios estrangeiros, saem anualmente do País 100 milhões de contos em divisas.

Considerando a empresa em situa-

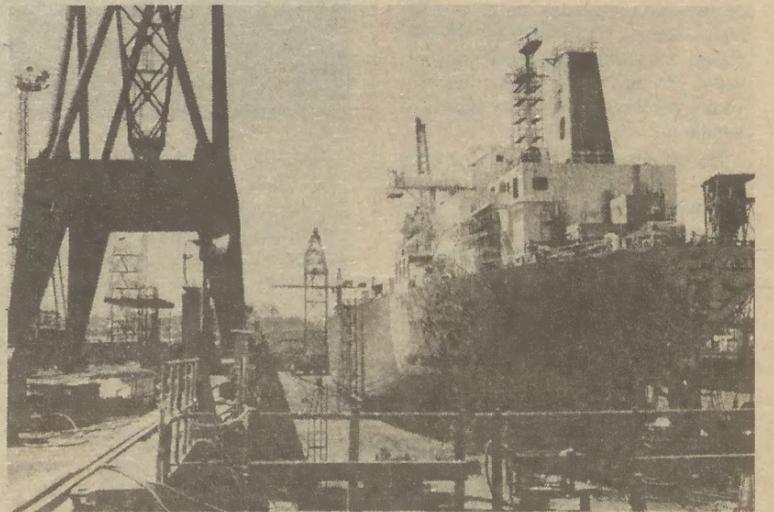
ção económica difícil, o Governo pretendeu desferir-lhe a estocada final. Era sua intenção despedir mais de 2 mil trabalhadores. Depois de os tentar



vergar pela fome com o não pagamento dos salários, conseguiu que 750 trabalhadores se despedissem, «indemnizando-os».

O argumento era de que a empresa tinha trabalhadores a mais. Não só estes não viram resolvida a sua situação como se agravaram as condições da empresa — os sistemáticos recursos à subemprego e às horas extraordinárias estão aí para o provar.

O Governo PS/PSD limitou-se a pôr em prática as instruções contidas numa carta enviada pelos Mellos a Pinto Balsemão, quando este era primeiro-ministro, e onde se exigia o despedimento de milhares de trabalhadores. Esta medida — afirma-se no documento saído da 5.ª Assembleia da Célula da Setenave do PCP —, «reduzindo a capacidade concorrencial do maior estaleiro português, acabaria por satisfazer as condições impostas há muito pela CEE».



### Luta dos trabalhadores

«Apesar de todos os ataques desencadeados nos últimos oito anos, os trabalhadores têm sabido encontrar as formas de luta necessárias para se oporem, com êxito, aos desígnios reaccionários de quantos nutrem um verdadeiro ódio às conquistas que o 25 de Abril tornou possível».

De facto, desde sempre, os trabalhadores da Setenave se têm demonstrado os mais acérrimos defensores da empresa, seja lutando pela manutenção dos seus postos de trabalho, seja envidando todos os esforços (mesmo quando à custa de regalias profissionais) para terminar atempadamente as encomendas — como aconteceu recentemente com o navio S-106, para o que, «ultrapassando sucessivos boicotes do Governo, os trabalhadores conseguiram demonstrar, mais um vez, através do trabalho, a sua consciência revolucionária e vencer o Governo que, forjando uma armadilha, considerava impossível o acabamento atempado do navio».

Nesta sua luta heróica em defesa da empresa, os trabalhadores da Setenave têm deparado com uma feroz repressão, seja por intermédio da polícia de choque, seja através do não pagamento dos salários, ou ainda utilizando os divisionistas da UGT e seus homens de mão, ou caluniando os trabalhadores através de parte da comunicação social.

Com a sua firmeza, estes trabalhadores sabem que vale a pena lutar. E aí estão as vitórias para o comprovar:

Depois de uma greve de «carrocel», lograram a obtenção de uma tabela salarial «minimamente justa» de 26,7 por cento, em 84, com retroactividade a Outubro de 1983 e garantindo o impedimento do aumento dos custos sociais.

Mas a maior vitória dos trabalhadores foi «a inviabilização dos planos do Governo PS/PSD de estrangulamento financeiro da Setenave, por um lado, e dos despedimentos de milhares de trabalhadores, por outro, obrigando-o

a recuar e a conceder os meios financeiros necessários ao acabamento dos graneleiros, num caso, e a recorrer ao esquema enganador do despedimento com 'indemnizações', no outro».

### O papel do Partido

A célula do PCP na Setenave tem actualmente cerca de 14 por cento dos trabalhadores dos estaleiros nas suas fileiras. Tal número não é de espantar, dado que «as lutas travadas têm demonstrado uma elevada consciência de classe, o que se reflecte no nível ideológico dos trabalhadores».

Além do mais, o Partido é, na Setenave, «a principal força política organizada e goza de grande prestígio junto da classe operária, tendo aumentado a sua influência noutras camadas sociais, nomeadamente nos quadros técnicos».

A razão vai-se buscar à justeza das posições do Partido, tanto a nível nacional, como no que diz respeito à situação na empresa e ao prestígio de que gozam os militantes comunistas junto dos seus camaradas de trabalho.

Quer pela elevada consciência e disposição para a luta dos seus militantes, quer pela justeza das suas posições ou ainda pela sua capacidade de intervenção, a defesa da Setenave passa, também, pelo reforço do Partido — esta uma das conclusões da 5.ª Assembleia da Célula da Setenave do PCP

■ J.M.



# CASTELO BRANCO

## As justas aspirações do distrito na 1.ª Assembleia do PCP

Sábado  
na Covilhã

**P**ara o progresso do distrito, reforçar o PCP, continuar Abril — é com este lema que decorrerá já no próximo sábado, no cine-teatro da cidade da Covilhã, a 1.ª Assembleia da Organização Distrital de Castelo Branco do Partido Comunista Português, iniciativa da «maior importância» para este distrito do País, «pois contribuirá para aprofundar a discussão das propostas alternativas à política de subdesenvolvimento a que os sucessivos governos do PS, PSD e CDS têm condenado a região». «Para os comunistas e outros democratas que vêm no PCP o Partido indispensável à defesa dos ideais de Abril e ao progresso do distrito será um precioso instrumento de trabalho» — como sublinha em recente nota de Imprensa a Comissão Distrital de C. Branco do PCP.

A eleição dos delegados na base de um por 10 militantes (em fins de 1984 o Partido contava com 2609 membros) e a activa discussão do projecto de relatório-resolução (o principal documento da Assembleia), que tem decorrido desde 3 de Fevereiro, constituíram os aspectos fundamentais do trabalho preparatório desenvolvido nos 11 concelhos do distrito: Belmonte, C. Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

De salientar desde já o vivo empenhamento dos militantes comunistas no debate daquele documento, que, assim, recebeu e poderá ainda vir a receber na própria Assembleia valiosos contributos para o seu enriquecimento.

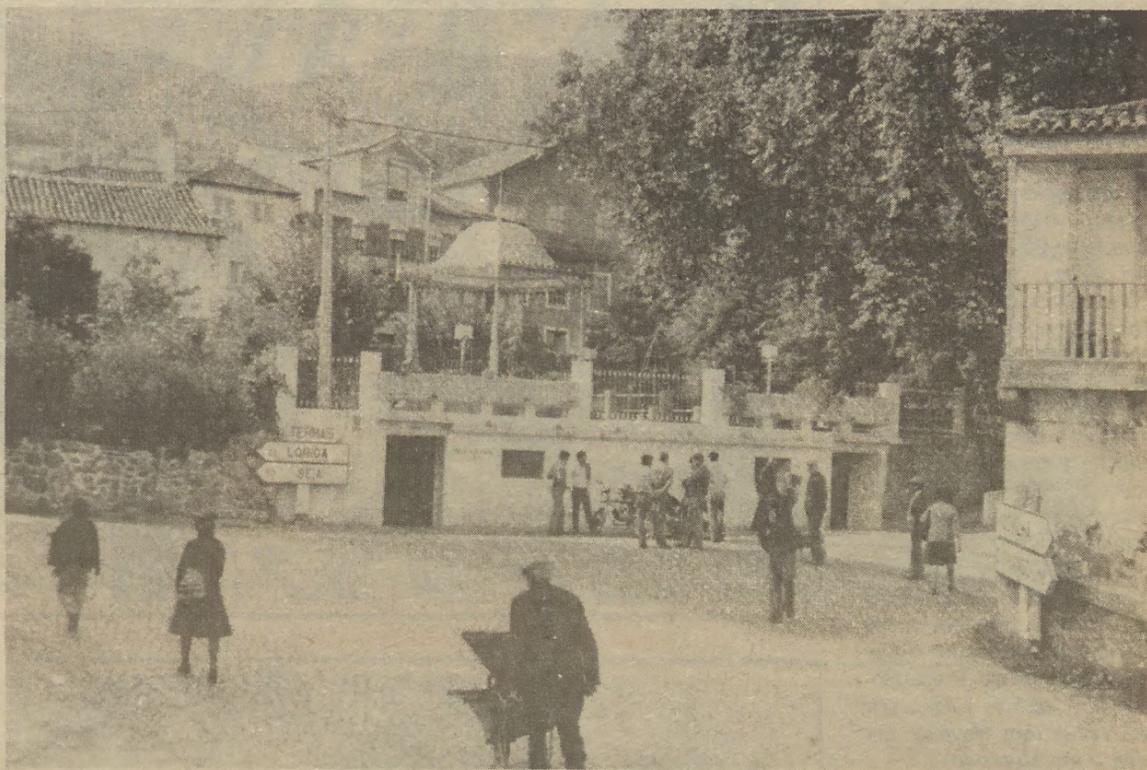
O projecto de relatório-resolução está dividido em sete capítulos fundamentais, introduzidos por uma breve nota em que se refere a dado passo: «A Assembleia visa fazer um balanço do trabalho realizado, seus sucessos e insucessos, traçar orientações para o futuro e eleger a nova Comissão Distrital que vai dirigir o trabalho do Partido no distrito até à realização da II Assembleia.»

### Panorâmica distrital

Depois da caracterização do distrito (divisão administrativa, demografia, estrutura económica, agricultura e sector primário, indústria, infra-estruturas e condições de vida), o documento dá uma breve panorâmica da luta antifascista, do 25 de Abril e das suas conquistas na região. Ao longo do 3.º capítulo temos um apontamento significativo sobre a ofensiva reaccionária e as suas desastrosas consequências, que «numa região atrasada como o distrito de Castelo Branco» assume índices ainda mais graves.

A dinâmica das organizações unitárias de massas (movimento sindical unitário, comissões de trabalhadores, movimento camponês, pequenos e médios comerciantes e industriais, movimento juvenil, movimento das mulheres e dos reformados, intelectuais e quadros técnicos) é tema em foco no 5.º capítulo do documento.

A defesa de Abril e a alternativa democrática — tema do capítulo seguinte — destaca as lutas no distrito da classe operária e dos trabalhadores, dos agricultores, nas autarquias, dos intelectuais e quadros técnicos,



da juventude, das mulheres e dos reformados e ainda outras lutas, nomeadamente em defesa do sector nacionalizado, onde, a nível distrital, se salienta a luta dos trabalhadores da Portucel, em V. Velha de Ródão.

O que é, na opinião dos comunistas, uma política de alternativa à grave situação económica e social, porque se afirma categoricamente que o distrito é viável, quais são as propostas objectivas do PCP para as autarquias, a agricultura e a floresta, o comércio, a rede viária e os transportes, a saúde e a segurança social, o

ensino e a cultura, o desporto, o património e o meio ambiente, a habitação e o turismo? As respostas a todas estas questões estão sintetizadas no penúltimo capítulo do projecto do documento.

Finalmente, é o próprio PCP que surge em primeiro plano. Além de breves apontamentos informativos, surgem preocupações e tarefas em pontos dedicados à composição numérica e social (e as respectivas percentagens), à estrutura orgânica, aos fundos e ao controlo financeiro, à infor-

mação e à propaganda, à política de quadros, aos cursos, à divulgação da Imprensa partidária e aos Centros de Trabalho.

São ao todo 16 páginas com leitura fácil e interessante, numa base de reflexão e debate fundamental para o êxito da Assembleia. Sábado, os comunistas de Castelo Branco vão, pois, dar mais um contributo para o reforço do Partido, da unidade, da luta de massas e da resolução dos graves problemas que afectam os cerca de 240 mil habitantes do distrito de Castelo Branco. ■

### Desenvolvimento regional — algumas ideias

O desenvolvimento regional tem de ter em conta a realidade presente e as matérias-primas da região: agricultura, floresta, recursos mineiros, indústria têxtil e turismo.

A indústria têxtil, mono-indústria do distrito, necessita duma correcta reconversão e reestruturação que deverá acompanhar a industrialização agro-alimentar. Até lá, no entanto, são necessárias medidas de carácter financeiro, técnico e administrativo, que deverão ser acompanhadas em toda a sua execução por um controlo rigoroso, mas desburocratizado:

#### No campo financeiro:

- Consolidação temporária de passivo;
- Baixa da taxa de juro, facilidades de desconto comercial;
- Criação de linhas de crédito a juro acessível para investimentos, modernização do equipamento e até para fundo de maneio.

#### Nos aspectos técnico e administrativo:

- Apoio efectivo à comercialização da produção;
- Incremento do mercado interno;
- Alargamento e diversificação do mercado externo;
- Concretização do posto aduaneiro (já criado) na Covilhã;
- Criação dum Centro de Organização Administrativa e Industrial, para apoio da indústria têxtil, alargando progressivamente a sua acção aos outros ramos de actividade.

Estudo das indústrias agro-alimentares a desenvolver, de acordo com as culturas e incentivar com os regadios de Idanha e Cova da Beira.

A Luso-Serra e a Garpan são dois exemplos claros da industrialização que o distrito de Castelo Branco necessita. A rápida reabertura da Luso-Serra e a abertura da Garpan, colocadas ao serviço do desenvolvimento distrital, constituirá um primeiro passo com vista à saída da situação de subdesenvolvimento distrital.

A salvaguarda dos interesses nacionais exige o imediato início do completo levantamento geológico do distrito e impõe o aproveitamento racional e integral dos seus recursos mineiros, nomeadamente reiniciando a exploração no estanho na Argemela e Vale de Ermida e proceder aos estudos necessários à industrialização do volfrâmio na região, o que muito contribuirá para o crescimento do Valor Acrescentado Bruto distrital.

(Do projecto de relatório/resolução apresentado pela C. Distrital do PCP)

### O distrito de Castelo Branco é... viável

O distrito de Castelo Branco, em consequência de ter sido votado ao subdesenvolvimento, viu a sua população diminuir de 324 577 habitantes em 1950 e de 255 575 em 1970 para 234 230 em 1981, o que equivale, respectivamente a menos 27,83% e 8,35%.

A população activa exercendo uma profissão, de 1970 a 1981 passou de 89 340 para 82 769, fundamentalmente devido ao facto de, no Sector Primário, a população activa exercendo uma profissão ter baixado da percentagem de 49,5% para 33,16%!

O desenvolvimento do distrito passa pelo bom aproveitamento da força de trabalho e das matérias-primas nele existentes: produtos agro-pecuários, floresta e minério, fundamentalmente o volfrâmio e o estanho.

A serra da Estrela constitui uma zona de turismo de todo o ano que erradamente se tem procurado transformar em zona de Estância de Inverno exclusivamente. Para o integral aproveitamento das potencialidades turísticas da Estrela e fazer dela um pólo de desenvolvimento do turismo distrital torna-se necessário a construção de albergues, pousadas e restaurantes acessíveis,

parques de campismo minimamente equipados e atractivos, a abertura de itinerários e trilhos, o correcto atendimento e encaminhamento dos turistas, formação de guias turísticos, roteiros, etc.

O valioso património existente um pouco por todo o distrito, desde que preservado e recuperado o que é recuperável, constitui um factor de desenvolvimento do turismo para além da serra da Estrela.

O aproveitamento das capacidades produtivas instaladas e desaproveitadas, de que são exemplo gritante a Garpan e a Luso-Serra, constituem factores decisivos para o crescimento do Valor Bruto de Produção do distrito.

A rápida e integral implementação do Projecto de Regadio da Cova da Beira, o integral aproveitamento do Regadio de Idanha-a-Nova, o estabelecimento de incentivos e apoios aos agricultores, a defesa da floresta são condições indispensáveis ao aumento da produção agro-pecuária.

O apoio financeiro, técnico, administrativo e o controlo desburocratizado da aplicação desses apoios levam à necessária e correcta reconversão e reconstrução da indústria têxtil, aumentando a sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) do distrito e libertam força de trabalho para reprodução noutros sectores da indústria transformadora a desenvolver.

Só aproveitando os recursos naturais, as capacidades instaladas, as reais possibilidades de novos investimentos e a força de trabalho disponível no distrito, só aplicando os novos conhecimentos da técnica e da ciência e mantendo mobilizada a capacidade criadora dos trabalhadores e das populações a economia distrital pode sair do subdesenvolvimento e dar o seu contributo ao aumento da produção nacional, tudo só possível com uma política democrática, uma política alternativa à que vem sendo prosseguida desde 1976.

(Do projecto de relatório/resolução apresentado pela C. Distrital do PCP)

# FESTIVAIS MUNDIAIS DA JUVENTUDE E DOS ESTUDANTES

## Um património de 11 edições em 4 décadas

**A** 27 de Julho próximo, a capital da URSS viverá uma festa sempre diferente e renovada num historial de quatro décadas e de onze edições. Milhares de jovens soviéticos e de jovens oriundos de todo o Mundo iniciarão nesse dia mais um Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes (o XII), convívio solidário que se prolongará até 3 de Agosto, numa afirmação consciente de luta por um futuro de paz.

De todos os cantos do Mundo chegam notícias do empenhamento e da viva participação dos jovens, com diferentes opiniões políticas, sindicais e religiosas, na preparação e na divulgação dos ideais do Festival. Actividade essa que em cada país é dinamizada pelo respectivo CNP — Comité Nacional Preparatório; e que no plano da coordenação tem como principal impulsor o Comité Internacional Preparatório (CIP), que já reuniu por três vezes: em Havana, em Sófia e em Moscovo.

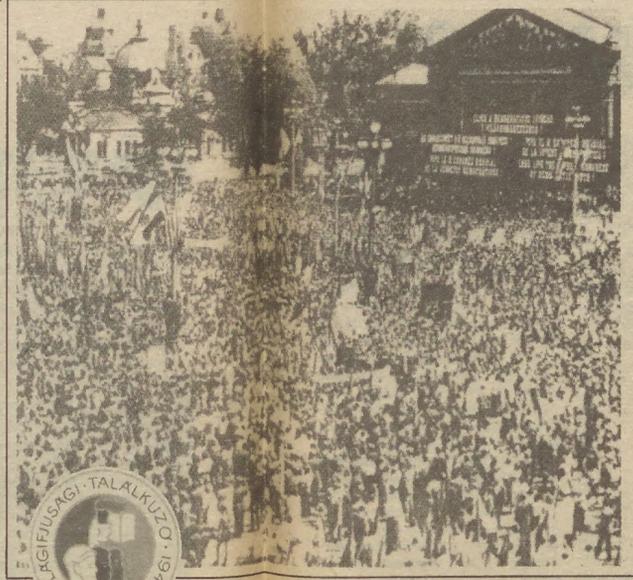
Entretanto, na URSS, os anfitriões do XII Festival avançam com os pormenores da planificação de um vasto e audacioso programa cultural, festivo, desportivo, recreativo e de debate das ideias que, tudo o indica, irá suscitar uma interessada participação dos milhares de jovens que estarão em Moscovo nessa altura.

Falar do XII Festival, o que já temos feito e iremos continuar a fazer nas páginas do «Avante!», e da história dos Festivais, da sua importância no panorama internacional e do seu significado como espaço aberto à solidariedade juvenil e à análise e reflexão dos principais problemas e aspirações que, nos países e no Mundo, se ligam à vida da juventude, falar de tudo isso, dizíamos, é algo de imenso, com muitas «pontas» por onde pegar.

Hoje, deixamos nestas páginas um pequeno álbum fotográfico (sem pretensões de documento exaustivo), com imagens significativas de uma história que começou em 1947 em Praga, dois anos depois do fim da II Grande Guerra Mundial (efe- méride que se comemora este ano e que o XII Festival não deixará «passar em branco»), e que se prolonga na vontade presente da jovem geração, que, para já, tem encontro marcado em Moscovo, a 27 de Julho, com o lema «Pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade!» ■



Praga, 1947 (25 Julho/17 Agosto). Dois anos depois do fim da II Grande Guerra Mundial, cerca de 17 mil jovens oriundos de 71 países reúnem-se na capital da Checoslováquia no I Festival Mundial da Juventude. «Jovens, uni-vos na luta por uma paz sólida e douradura» foi o lema deste histórico Festival, promovido pelo comité executivo da Federação Mundial da Juventude Democrática, que havia sido constituída em fins de 1945. Na foto: aspecto do grandioso desfile em frente ao Teatro Nacional de Praga



Budapeste, 1949 (14 a 28 de Agosto). A intolerância de certos governos em países asiáticos, africanos, da América Latina e até da Europa (caso da Itália), impede que muitos delegados desses países se desloquem à capital húngara para a segunda edição dos Festivais Mundiais da Juventude. Mas a unidade juvenil e o reforço dos seus contactos no campo internacional são mais fortes. Ninguém consegue impedir o êxito do Festival, que mobiliza cerca de 20 mil jovens de 82 países, sob o lema «Jovens, uni-vos! Avante pela paz sólida, a democracia, a independência nacional dos povos e um futuro melhor». Na foto: concentração na Praça dos Heróis, em Budapeste

### Cronologia

- 1947, Praga (Checoslováquia)
- 1949, Budapeste (Hungria)
- 1951, Berlim (RDA)
- 1953, Bucareste (Roménia)
- 1955, Varsóvia (Polónia)
- 1957, Moscovo (URSS)
- 1959, Viena (Áustria)
- 1962, Helsínquia (Finlândia)
- 1968, Sófia (Bulgária)
- 1973, Berlim (RDA)
- 1978, Havana (Cuba)

Berlim, 1951 (Agosto), é palco de uma impressionante jornada internacional pela paz. Presença significativa no III Festival é a da delegação do Japão, país que poucos anos antes tinha conhecido na carne os horrores da destruição nuclear. «Jovens, uni-vos na luta contra o perigo de nova guerra, pela paz douradura» é o lema do Festival, que reúne 26 mil delegados de 104 nações. Na foto: o presidente da organização juvenil da RDA, Erich Honecker, actual dirigente do PSUA e da RDA, está no uso da palavra na abertura do Festival



Bucareste, 1953 (2 a 16 de Agosto). Num ano assinalado pelo fim da guerra da Coreia, a capital da Roménia recebe o IV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. Cerca de 30 mil jovens de 111 países vivem intensamente o lema do Festival: «Não! A nossa geração não vai servir mais a morte e a destruição!». No Festival de Bucareste realizam-se pela primeira vez os Jogos Desportivos da Camaradagem. Na foto: a sessão de abertura do Festival

### Alguns momentos históricos num álbum de 10 imagens



Moscovo, 1957. A capital soviética acolhe em Julho desse ano o VI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que conta com a presença de 34 mil delegados de 131 países. Mais de mil organizações nacionais de carácter desportivo, religioso, sindical, cultural e político deram o seu apoio directo ao Festival, que reuniu ainda 450 convidados de honra e centenas de jornalistas estrangeiros oriundos de 62 países. O Festival reúne 150 jovens parlamentares que debateram um programa de acções para a defesa dos interesses juvenis, da paz e da amizade



Berlim, 1973. Mais de 20 mil delegados integrados em 140 representações dos cinco continentes estão na capital da RDA no Verão de 1973 para participar no X Festival. É o último em que a delegação portuguesa leva consigo a mensagem da resistência e do combate à ditadura que oprime o Povo e a Juventude do nosso País. «Pela solidariedade anti-imperialista a paz e a amizade» é o lema deste Festival. Na foto: delegação da Guiné-Bissau — um símbolo corajoso da luta contra o colonialismo



Varsóvia, 1955 (31 Julho/15 Agosto). «Pela paz e a amizade» encontram-se na capital da Polónia 31 mil delegados de 114 países. Durante as duas semanas deste V Festival Mundial desenrola-se um vasto programa cultural, político e desportivo, que incluiu uma média de 400 iniciativas por dia. Na foto: um desfile integrado no Festival



Lisboa, Julho de 1978. No cais de Alcântara, o «barco da solidariedade» retoma a sua viagem com destino a Cuba. Rumo ao IX Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes. A bordo seguem delegações de vários países, a que também se juntam os jovens portugueses. Em Portugal, a festa de Havana tem um significado particular: pela primeira vez em condições de liberdade e de democracia, a juventude prepara e divulga o Festival e os seus ideais

■ João Amaral

# Conceito estratégico — de defesa nacional ou de defesa da NATO?

**N**o Diário da República de 20 de Fevereiro passado, foi publicada a Resolução do Conselho e Ministros n.º 10/85, através da qual o Governo aprova o **conceito estratégico de defesa nacional**, que, nos termos da lei de Defesa Nacional, consiste na «definição dos aspectos fundamentais da estratégia global do Estado adoptada para a consecução dos objectivos da política de defesa nacional».

Sendo certo que a defesa nacional «tem por objectivos garantir, no respeito das instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas» (artigo 273.º, n.º 2, da Constituição), esperar-se-ia de tal documento que analisasse a situação do país nos contextos regional e mundial e a sua evolução previsível, que definisse o quadro de ameaças, vulnerabilidades e potencialidades e, finalmente, que explicitasse princípios e objectivos claros e precisos, fundamentadores das opções de estratégia geral a seguir.

O facto é que nada disso é feito. O «conceito estratégico de defesa nacional» é um documento obscuro e impreciso, que no fundamental procura esconder as verdadeiras opções feitas pelo Governo e que a sua prática revela todos os dias.

## O país nas mãos da NATO e dos EUA

O que inquina à partida todo o documento é o facto de o Governo **abdicar de uma definição nacional da política de defesa** e sujeitar o essencial do conceito estratégico ao quadro de «compromissos externos», designadamente militares, em que envolve o país.

É a inversão completa do que deveria ser feito. Para o Governo, não é o interesse nacional que dita a definição da política de defesa (é o quadro de alianças). Ao contrário, o Governo sujeita os portugueses e o país aos interesses estratégicos da NATO e dos EUA, consubstanciados na transformação do território nacional numa enorme base de instalações militares viradas para diferentes pontos do mundo.

O documento governamental procura assim esconder aquilo que os dirigentes dos EUA e da NATO afirmam sem pudor.

A «função» de Portugal é vista pelos EUA como a de **plataforma aeronaval** para operações desencadeadas na Europa, no Mediterrâneo e no Atlântico Oriental, como **porto de escala** no quadro de uma ponte aérea dirigida contra a Europa Central e como **base avançada** no caso de os EUA dirigirem uma ofensiva no continente europeu.

O arquipélago dos Açores está incluído no sistema americano de defesa avançada, dependendo militarmente, no quadro da NATO, de um comando situado em Norfolk (EUA). A Madeira, por seu turno, está englobada na Zona de Interesse Comum (ZIC) resultante de um tratado celebrado entre os EUA e a Espanha. Como já foi afirmado por um especia-

lista da NATO, Portugal estaria «vacionado» para se tornar num **porta-aviões!**

A política do Governo, neste quadro, tem-se pautado pela mais escandalosa submissão às pretensões dos EUA e da NATO. O país está a ser crescente e perigosamente envolvido na escalada de guerra. O tratado das Lajes de 1983 introduziu novas facilidades militares, alargando a diferentes ilhas dos Açores compromissos na operação militar dos EUA. Não foi desmentida a intenção de fazer da base de Beja uma ponte de passagem da Força Rápida de Intervenção. O Governo já autorizou a instalação

de uma estação de rastreio de mísseis em território nacional, ao mesmo tempo que renova o acordo luso-francês respeitante à estação de rastreio de mísseis na Ilha das Flores. **A utilização do território nacional para trânsito de armas nucleares é implicitamente admitida.** Fala-se de uma Base Naval no estuário do Tejo, da base de submarinos em Porto Santo, do comando unificado da Península Ibérica (com sede em Madrid).

A ingerência da NATO e dos EUA no país estende-se às próprias Forças Armadas portuguesas. São escandalosos os sistemas de influência nas promoções e escolhas de oficiais portugueses para postos de responsabilidade, como inadmissível é que os EUA vertam para o país material obsoleto e procurem condicionar o reequipamento da Força Aérea e da Marinha a objectivos que nada têm a ver com os objectivos de uma política de defesa nacional.

É tudo isto, pelo menos, que o «conceito estratégico de defesa nacional» aprovado pelo Governo quer esconder. Na definição de ameaças e na determinação dos objectivos, os EUA encaram Portugal como um território e um povo a serem **usados** em função dos interesses americanos, como um teatro de operações em que a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e segurança das populações não têm valor.

## Hipocrisia e burlas!

Neste quadro, o que vale o «conceito estratégico de defesa nacional» definido pelo Governo?

O que significa o «reforço da coesão interna» quando o Governo prati-

ca uma política de afrontamentos dos trabalhadores, quando existem 150 mil trabalhadores com salários em atraso, quando grassa o desemprego? Apelar ao «fortalecimento da consciência nacional» e ao mesmo tempo praticar antidemocráticas discriminações ideológicas, perseguir forças políticas, identificadas com os trabalhadores e limitar ou tentar liquidar direitos, liberdades e garantias dos cidadãos é no mínimo hipocrisia.

Como é proclamar o «primado do interesse nacional» e ao mesmo tempo afunilar as nossas relações externas, dar guarida às actividades hostis contra Angola e Moçambique, apoiar a invasão de Granada, permitir a utilização das ilhas Atlânticas como ponte de passagem para acções da Marinha inglesa nas Malvinas, apoiar a corrida aos armamentos, etc. Como é possível, neste quadro, «fortalecer o Estado português na ordem externa»? Bem ao contrário, a política externa e de defesa seguida pelo Governo envolve o país em conflitos que nos são estranhos, limita o campo de acção de Portugal, estreita o leque daqueles com que podíamos e devíamos cooperar, torna-nos vulneráveis e mais fracos.

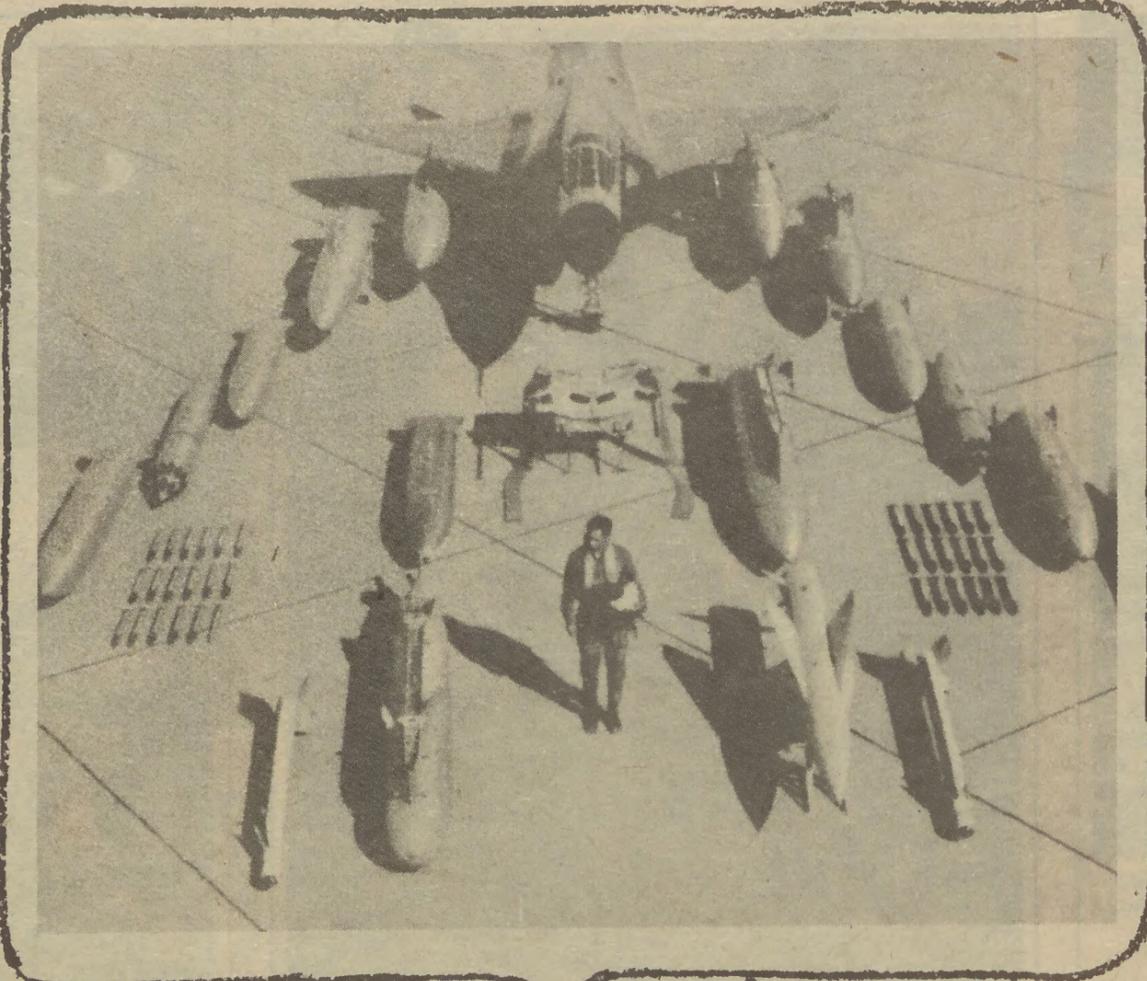
Falar, como se faz no documento, no «desenvolvimento das forças produtivas» é uma rematada falsidade para quem, como o Governo, tem conduzido uma política de que tem resultado a degradação do aparelho produtivo, a contracção do investimento, o enfraquecimento do sector público da economia.

Como falar em «capacidade militar própria», quando a parte mais operacional do Exército, a 1.ª Brigada Mista, depende da NATO e tem missão estratégica fora do país e quando o reequipamento da Força Aérea e da Marinha está projectado para acções que nada têm a ver com a defesa do território nacional, mar territorial e ZEE? Como falar de «autonomia» quando, por via do estreitamento do comércio externo, o país se torna cada vez mais dependente de um leque estreito de países?

## Uma definição nacional

No debate na Assembleia sobre as grandes opções do conceito estratégico, a direita procurou justificar a política do Governo de submissão ao imperialismo invocando... o **determinismo geográfico!** «Triângulo estratégico», «cilindro giratório» (sic), «Ocidente», «cruzamento de rotas», foram algumas das expressões com que os portugueses foram mimoseados... «Não nos podemos dar ao luxo de ser neutrais», proclamava Ângelo Correia. «Portugal não tem hoje possibilidade de adoptar um estatuto de neutralidade», ecoava Adriano Moreira. E Acácio Barreiros: «queria felicitá-lo (a Adriano Moreira...) pela sua intervenção, sobretudo pela forma como focou a dimensão atlântica (sic) da nossa política de defesa».

Tudo resumido, existe acordo entre aqueles três senhores deputados de



## Autarquias do distrito de Lisboa

# O escândalo ao léu dos ataques do Governo

que Portugal está ferreamente e inexoravelmente amarrado aos interesses dos EUA.

Falso!  
Isso seria aceitar o que é **inaceitável**: «uma doutrina e uma política de defesa nacional que conduzam à ideia de que, numa eventual guerra futura, Portugal pode sucumbir para que triunfe o imperialismo norte-americano».

A independência nacional assegura-se em diferentes planos: económico, financeiro, cultural, diplomático. Mas assegura-se também no plano da política de defesa.

O imperativo da garantia da soberania e da integridade do território só pode surgir com base numa postura própria, autónoma, endógena.

O «conceito estratégico de defesa nacional» deveria reflectir isso mesmo.

Cumpra-se assegurar (autonomamente, com meios próprios e em missão **militarmente é exclusiva das Forças Armadas Portuguesas**) a defesa do território nacional nas suas três parcelas (continente, Madeira e Açores) a defesa das águas territoriais, ZEE e corredores de ligações aéreas e marítimas interterritoriais.

Cumpra-se assegurar um **comando único e nacional** para as Forças Armadas actuando nas zonas referidas.

Há que desenvolver o país, assegurar o empenhamento dos portugueses pela via da dignificação dos seus direitos fundamentais.

A política externa deve aplicar o artigo 7.º da Constituição e os princípios de progresso, independência, paz e não ingerência que nela se encontram inscritos. Uma política de defesa não é uma política de guerra; é uma política de paz, que se conquista e mantém quando se sabe diversificar relações, quando se trabalha para a dissolução dos blocos político-militares, quando se luta pelo estabelecimento de um sistema de segurança colectiva.

Neste quadro, importa sublinhá-lo, impõe-se o reequacionamento dos compromissos externos, em termos de só deverem subsistir os que sirvam os interesses nacionais e os princípios e objectivos da política de defesa nacional, desde que não acrescentem factores de instabilidade ou perigo para a segurança nacional e desde que não impliquem formas de ingerência ou limitação da soberania.

No X Congresso, o nosso Partido propôs com clareza a «recusa de instalações de novas bases estrangeiras em território português, do alargamento de facilidades nas bases já existentes, da sua utilização para actos de hostilidade e operações de agressão», bem como a rejeição da «instalação, estacionamento e trânsito de armas nucleares por território, águas ou espaço português», bem como a rejeição «do agravamento das obrigações militares e financeiras para com a NATO».

Sem brío nem dignidade nacionais a política externa e de defesa do Governo PS/PSD segue o caminho inverso. É o caminho da capitulação.

Não serve o Governo, como não serve o «conceito estratégico» que apresentou ao País. ■

**A** prática política corrupta deste Governo e da maioria parlamentar que lhe obedece já não entra em erupção aqui ou ali: estala por todo o lado, ao menor raspão e onde quer que olhemos. No Poder Local autárquico, por exemplo, sucedem-se na Zona da Grande Lisboa os inquéritos com evidentes propósitos políticos e eleitorais ordenados pelo MAI a pedido da FAUL do PS contra as Câmaras Municipais de Loures e da Amadora (de maioria APU) à cata de fraudes que não existem, enquanto se ignoram irregularidades confirmadas por vários inquéritos (Alenquer e Mafra) e permite-se a continuação de negociatas de escândalo ao léu, como o que se verifica nas Câmaras de Lisboa, Sintra, Cascais e Oeiras.

Isto e muito mais foi dito e demonstrado no Encontro Distrital de Lisboa do PCP sobre Trabalho Autárquico realizado no passado dia 24 de Fevereiro, devidamente noticiado no nosso número anterior.

A atitude discriminatória, referida atrás, contra as Câmaras de maioria APU — onde os bons resultados obtidos por gestões dinâmicas, honestas e competentes estão à vista de todos (e isso é que lhes custa a engolir) — configura, por parte do Governo de Mário Soares, uma verdadeira perseguição política e um abuso intolerável na utilização do aparelho de Estado para actos políticos a um tempo persecutórios e venais.

A adjetivação vai longa. Passemos a factos.

Um exemplo flagrante de discriminação — entre os muitos apontados no Encontro — pode ver-se no facto de, sendo a APU maioritária em 12 dos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa, estar representada apenas com dois municípios no Conselho Consultivo Regional (composto por seis Câmaras) por ordem expressa do MAI (entretanto a Assembleia Distrital funciona ao bel-prazer do Governador Civil, não reunindo quando é necessário e evitando a discussão e tomadas de posição sobre os enormes e graves problemas que afligem o distrito de Lisboa, e não actuando face às queixas e denúncias apresentadas).

Outro: «Mais de 33 milhões de contos foi o esbulho feito às autarquias locais no distrito de Lisboa entre 1979 e 1984, sempre com os votos do PS, PSD e CDS, e, para este ano, seriam necessários pelo menos mais um milhão e 400 000 contos do que as verbas que irão ser recebidas, só para fazerem face à inflação. Acrescenta-se que as Câmaras de Loures, Amadora e Vila Franca de Xira (todas APU) irão receber menos 21% do que em 1984, enquanto Lisboa só receberá menos 6,5%, Torres Vedras menos 7,6%, etc.».

Entretanto os problemas das cheias de Novembro de 1983 continuam no fundamental por resolver — e o muito que foi feito, principalmente em Loures, Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agraço, foi-o à custa destes municípios e do trabalho, esforço e participação das populações, sem o devido apoio por parte do Governo — e na Assembleia da República foram derrotadas e impedidas, com os votos contra do PS, PSD e CDS, as reclamações do PCP para que o OE/85 dotasse verbas para solucionar graves problemas e carências do distrito de Lisboa.

### Destruir o Poder Local

Mas não é só no ataque às autarquias de maioria APU e concomitante «apadrinhamento» das que têm gestões afectas à coligação no poder e direita em geral que se cumpre a sãna da «maior maioria» contra o Poder Local autárquico. Como se disse no Encontro, «a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista agravada pelo Governo PS/PSD, intensificou a já violenta ofensiva contra o Poder Local de Abril — extraordinária escola de gestão democrática, de organização e participação popular».

E tal ofensiva tem contornos bem precisos, nomeadamente definidos por «um conjunto de leis e decretos-lei que aumenta a tutela administrativa e as interferências do Poder Central no Poder Local, que viola a autonomia das autarquias locais, que legaliza os esbulhos sem os respectivos e competentes meios financeiros, que atenta contra as liberdades, diminui o papel deliberativo das assembleias, ameaça os trabalhadores de despedimento, dificulta a administração directa e reduz o número de eleitos».

Desde modo o Encontro Distrital de Lisboa do PCP sobre o Trabalho Autárquico repudiou formalmente «as alterações que visam diminuir a ampla participação popular na gestão autárquica democrática, redução que se cifra em menos 1216 eleitos directos que em 1982 (-31,2%) no distrito, e em menos 1620 candidatos efectivos e suplentes (-31,2%) que em 1982».

**Tal facto, por si só, é a demonstração clara do medo do PS, PSD e CDS à gestão democrática alargada, à fiscalização dos actos, à colegialidade dos órgãos — concluiu-se no Encontro.**

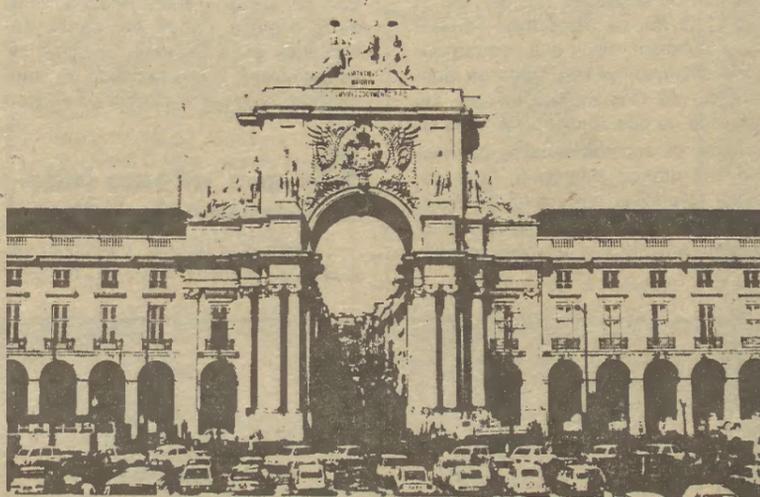
Em resumo: o comportamento deste Governo para com o Poder Local Democrático visa não apenas tentar destruir quem, como a APU, desenvolve um trabalho honesto e competente (apadrinhando por outro lado as maiorias que lhe são afectas através de benesses e protecções escandalosas), mas destruir pura e simplesmente esta extraordinária conquista de Abril e verdadeira escola de democracia.

Muito fica por dizer do magnífico balanço realizado por este Encontro,

quer no que toca à desmontagem das ingerências, nepotismos, parcialidades e cumplicidades desenvolvidas pelo Poder Central em relação às Autarquias, quer do concertado boicote de vários eleitos PS/PSD/CDS em Câmaras APU (onde os exemplos de Loures e Amadora são expoentes), quer

na denúncia de gritantes atropelos e escandaleiras em executivos camarários onde impera o PS e a direita, quer ainda na apreciação do trabalho de Aliança Povo Unido nas Autarquias que dirige na Área Metropolitana de Lisboa.

Mas voltaremos ao assunto. ■



## Um trabalho gigantesco

Falar em meia dúzia de linhas do trabalho da APU realizado na Área Metropolitana de Lisboa é procurar meter o Rossio na rua da Betesga. Importa, no entanto, referir algumas coisas.

Que, por exemplo, a **maioria dos programas eleitorais apresentados pelo PCP e pela APU estão cumpridos em mais de 70% a um ano do final do mandato** (e largas dezenas deles foram já totalmente cumpridos e ultrapassados); que as obras feitas pelos cinco municípios da APU no distrito permitiram beneficiar cerca de 550 bairros e localidades nestes dois anos, que a rede de abastecimento de água, a recolha de lixo, os contentores, a electrificação, a rede viária, os abrigos, os parques infantis, cobrem estes cinco municípios a 100% ou valores muito aproximados, que mais de 160 grandes obras foram construídas totalmente por administração directa, 15 realizadas integralmente por trabalho voluntário e outras 18 integrando elevadas percentagens de trabalho voluntário.

Saltando para outras áreas (a anterior não está esgotada, nem de perto nem de longe), deve dizer-se que a prática do desporto passou a contar com mais 30 campos de jogos, ringues e polivalentes construídos ou em construção e com três novos circuitos de manutenção, construíram-se 40 novas escolas, adaptaram-se quatro e criou-se uma nova para deficientes num total de 191 salas de aula (o Estado deve 800 000 contos aos cinco municípios APU por estas escolas que eram da sua competência construir), na Cultura e Património há que referir nestes dois anos a construção e a recolha de espólios de seis novos museus, três centros culturais, quatro novas oficinas culturais e sete novos centros de ocupação de tempos livres, cerca de 30 capelas, coretos, pelourinhos e palácios foram recuperados e arrançados, assim como diversos outros monumentos, foram promovidas ou apoiadas centenas de iniciativas culturais, recreativas e desportivas englobando dezenas de milhares de participantes e centenas de milhares de assistentes, a descentralização de verbas para as Freguesias manteve-se em 83/84 na média dos 20% a 30%, foram apresentadas nas cinco Câmaras de maioria APU, por esta aliança política, cerca de 2700 propostas de fundo e várias centenas de outras, correntes; a PL-AECOD, que centraliza as verbas entregues pelos eleitos da APU provenientes das remunerações prescindidas dos cargos que ocupam (um exemplo sem paralelo) subsidiou mais de 230 no valor de 11 600 contos, etc., etc.

Um trabalho gigantesco que merece ser devidamente apreciado ■

**40 ANOS  
DEPOIS**

■ **Raimundo Narciso**



# A verdade sobre lalta

**A** Conferência de lalta cujo 40.º Aniversário ocorreu no início de Fevereiro foi tratada com destaque na imprensa portuguesa. Como era de esperar, na maior parte dos casos encontramos não uma análise serena e objectiva dos seus importantes resultados mas a repetição de invencionices retiradas do arsenal da guerra-fria. Encontramos «explicações» para os sucessos da Conferência que só não desabonam completamente o bom senso dos subscritores porque se sabe tratar-se da repetição mecânica de argumentos de velhos manuais de propaganda imperialista.

Dum modo geral, no **DN** (5.2.85), no **Tempo** (7.2.85), no **Jornal** (8.2.85), no **Expresso** (9.2.85), ou no **Dia** (11.2.85), os respectivos «analistas» chumbam, ainda que com severidade diferente, os resultados da Conferência da Crimeia. No entanto, ao contrário do que alguns pretendem fazer crer, os acordos de lalta, que tiveram um grande significado histórico, foram favoráveis aos povos da Europa, à paz mundial, à cooperação e ao desanuviamento nas relações internacionais.

Era de esperar esta campanha contra os acordos da Conferência de lalta porque dias antes Reagan tinha dado o mote, pondo em causa as fronteiras entre Estados europeus aí estabelecidas, particularmente as que separam o campo socialista do capitalista.

## De que culpam lalta os inimigos de lalta?

Culpam lalta de «ser o símbolo da divisão da Europa» (**DN**), de «ter divi-

dido o mundo» (**Tempo**), de «ser um símbolo de traição» (**Dia**), ou, apesar de ter garantido 40 anos de paz na Europa, ser responsável por «uma onerosa corrida aos armamentos...» (**Expresso**).

Culpam lalta por não ter imposto à Polónia o «governo» de emigração de Londres para reinstalar o poder dos latifundiários e restabelecer uma base avançada de luta contra a União Soviética.

Lamentam que da derrota do nazi-fascismo tenham surgido oito novos países socialistas na Europa.

No fundo condenam os resultados da 2.ª Guerra Mundial.

Não querendo aceitar como explicação dos acordos de lalta a realidade concreta então existente, e considerando-os desfavoráveis aos EUA e à Grã-Bretanha, a maioria dos analistas da imprensa acima referida explicam-nos com o mito da ingenuidade de Roosevelt que se deixou enganar

por Estaline. No **DN**, Roosevelt é o «eterno idealista» e os acordos resultaram da sua «imensa ignorância e ingenuidade sobre a natureza do regime soviético» (!!). No **Tempo**, o articulista excede-se e além de «fraco e doente» acha que, para assinar tais acordos, Roosevelt era também «maníaco». Fulmina «Roosevelt, Truman e todos os democratas» de «responsáveis pelo estado actual do Leste».

Na cartilha da campanha anti-soviética a propósito de lalta, costuma-se dizer que tão «magras» vantagens para Roosevelt e Churchill, resultaram de não terem combinado bem uma estratégia comum. É isso mesmo que o analista do **DN** nos garante, apesar de se saber perfeitamente que os dois estadistas bem o tentaram, em repetidas conferências e encontros a sós, ao longo de toda a 2.ª Guerra Mundial e em Malta, imediatamente antes de partirem para lalta. A dificuldade estava em que Churchill queria defender a

tudo o custo o Império Britânico em decadência e Roosevelt queria destruí-lo com igual empenho, para que os EUA ocupassem o lugar da Inglaterra na exploração dos povos.

## As decisões tomadas em lalta

Em lalta, de 4 a 11 de Fevereiro de 1945, a União Soviética, os Estados Unidos e a Inglaterra decidiram não só prosseguir a cooperação militar até à derrota total da Alemanha nazi mas também passar a coordenar estreitamente as operações militares no campo de batalha.

Chegou-se a acordo sobre as zonas da Alemanha a serem ocupadas temporariamente após a derrota, por cada um dos signatários e também pela França.

Decidiu-se erradicar o fascismo e o militarismo alemão e transformar a





**lalta passou à História como exemplo brilhante da possibilidade de cooperação internacional em prol da paz. Os seus acordos garantiram 40 anos de paz e fronteiras estáveis na Europa, que foram confirmadas trinta anos depois pela Conferência de Helsínquia, outro marco na edificação da paz e da cooperação que, coerentemente, os inimigos de lalta também combatem**

Alemanha num país democrático e pacífico.

Triunfou a posição da União Soviética de não se dividir a Alemanha, defendendo-se assim os direitos nacionais do povo alemão que não se confundia com o nazismo. Os EUA e a Inglaterra pretendiam desmembrar a Alemanha para permitir aos respectivos monopólios a rapina dos seus concorrentes alemães.

Ficou assente ainda que a Alemanha indemnizaria parcialmente os países que mais destruiu e roubou.

Sobre a Polónia, centro de viva controvérsia, chegou-se a acordo sobre as fronteiras orientais, com a devolução à URSS dos territórios que após a 1.ª Guerra Mundial lhe tinham sido tirados e entregues à Polónia.

Perante a firmeza da URSS, que defendia o governo democrático escolhido pelo povo polaco, os EUA e a Inglaterra não conseguiram impor o governo «marionete» de Londres. Tiveram de aceitar o Governo Provisório Popular e Democrático como base do futuro governo, que seria no entanto ampliado com democratas do interior ou da emigração.

Decidiu-se convocar para 25 de Abril de 1945 uma Conferência das Nações Unidas em S. Francisco, nos EUA, para criar uma organização internacional, a ONU, que teria como tarefa central a manutenção da paz e da segurança.

A União Soviética aceitou entrar na guerra contra o Japão, a pedido dos EUA, que recebiam o prolongamento da guerra no Pacífico. A União Soviética receberia a devolução da parte sul da ilha Sacalina e as ilhas Curilas.

Aprovou-se uma declaração em que se apoiava uma ordem democrática na Europa e a eliminação do fascismo até aos últimos vestígios.

Os EUA, a Inglaterra e a União Soviética aprovaram ainda uma declaração solene em que se comprometiam a reforçar a cooperação mútua, considerando-a «uma obrigação sagrada ante os povos de todo o mundo».

Tendo as decisões de lalta um carácter anti-imperialista tem cabimento perguntar porque tiveram elas assinatura do governo inglês e norte-americano, cuja natureza imperialista não mudara. A resposta está na situação política e militar que então existia.

parte dos países do leste e sudeste europeu e encontrava-se, poderoso, a 60 km de Berlim.

O mesmo não sucedia na frente ocidental. Aí, apesar de enfrentarem uma parte menor das forças nazis, as tropas anglo-norte americanas acabavam de apanhar um susto com a ofensiva alemã das Ardenas. Nessa ocasião, Churchill pediu a Stalin uma ofensiva urgente do Exército Vermelho a Leste. Para os socorrer, a União Soviética antecipou os seus planos e iniciou uma ofensiva geral envolvendo 6 milhões de soldados, o que Churchill viria a agradecer a 17 de Janeiro, nestes termos: «Em nome de Sua Majestade desejo exprimir-lhe do fundo do coração, os nossos agradecimentos e felicitá-lo pela gigantesca ofensiva que desencadearam na frente oriental».

A situação internacional era caracterizada também pela grande simpatia que a União Soviética gozava entre os povos em luta contra o nazi-fascismo. Tornava-se claro que principalmente a ela se devia a derrota próxima de Hitler, salvando a humanidade do domínio fascista. Compreendia-se que o sacrifício de tantos milhões de soviéticos mortos, representava vidas e destruição poupadas a outros povos, inclusive a ingleses e norte-americanos.

Por outro lado, a necessidade dos aliados ocidentais mobilizarem todas as energias dos respectivos povos para o esforço de guerra permitiu um ascenso grande do papel das massas na vida política dos seus países. Tudo isto conduzia ao isolamento dos meios mais reaccionários e influiu positivamente nos governos norte-americano e inglês no sentido da cooperação com a URSS, numa base antifascista.

Os acordos de lalta culminaram um longo e difícil processo nas relações entre a União Soviética por um lado, e os EUA e a Inglaterra por outro. Representaram em relação ao início da guerra e aos anos que a precederam, uma reviravolta completa.

A Grã-Bretanha, a França e os EUA tudo fizeram, incluindo a entrega traiçoeira de aliados (caso da Checoslováquia em Munique), para atirar o nazismo contra o único país socialista do mundo, cuja destruição era, e continua a ser, um objectivo central e permanente do imperialismo. Summer Wells, então Sub-Secretário de Estado norte-americano, definiu bem esta política relativa à URSS ao afirmar que antes da 2.ª Guerra Mundial «os grandes grupos financeiros e comerciais das democracias ocidentais estavam persuadidos que a guerra entre a União Soviética e a Alemanha só po-

dia ser favorável aos seus próprios interesses. Consideravam que a URSS sofreria uma derrota inevitável e que o comunismo seria aniquilado. Mas em consequência do conflito, a Alemanha ficaria tão enfraquecida que por longos anos seria incapaz de apresentar um perigo real para o resto do mundo».

O imperialismo alemão não se comportou como pretendiam os seus concorrentes ocidentais pois tinha o mesmo objectivo que eles: dominar o mundo. Para isso necessitava destruir, é certo, a União Soviética, mas também as potências rivais. Assim, quando invadiu a União Soviética, a situação estava muito diferente da que desejavam ingleses e americanos: a Alemanha nazi já tinha subjogado ou posto sob o seu controlo praticamente todo o resto da Europa, incluindo a grande potência que era a França, e tornara-se um gigante temível.

Então, para Washington e Londres, que sempre tinham recusado a aliança com Moscovo para deter os agressores, a cooperação era uma necessidade objectiva. Para a concretizar e conduzir ao «espírito de lalta» foi necessário, no entanto, a luta dos povos soviéticos e dos outros povos europeus contra a escravidão nazi-fascista. Foi indispensável também a firme orientação do Partido Comunista da União Soviética, guiado pelo princípio leninista da possibilidade de coexistência pacífica e cooperação entre países com regimes diferentes.

lalta passou à História como exemplo brilhante da possibilidade de cooperação em prol da paz, entre a URSS e os EUA. Os seus acordos garantiram 40 anos de paz e fronteiras estáveis na Europa, que foram confirmadas 30 anos depois pela Conferência de Helsínquia, outro marco na edificação da Paz e Cooperação que os inimigos de lalta também combatem.

As mentiras e deturpações sobre a Conferência de lalta, que recentemente encheram as páginas da imprensa portuguesa, correspondem a um ponto de vista de classe sobre a História e são parte duma intensa campanha contra o socialismo e contra todas as forças que querem impedir a Administração americana de pôr em risco a Paz e a própria sobrevivência da humanidade.

A verdade sobre a Conferência de lalta ajudará a fortalecer a luta contra os planos de Reagan de militarização nuclear do espaço, contra a colocação dos *Pershing II* e *Cruise* na Europa, contra as tentativas de sabotagem da Conferência de Genebra que tem início a 12 deste mês ■

61 países habitados por 1700 milhões de pessoas participaram na Segunda Guerra Mundial. 110 milhões de homens foram mobilizados. As hostilidades travaram-se nos territórios de 40 países. A guerra durou, ao todo, 2194 dias.



O mundo perdeu 55 milhões de pessoas. Países mais afectados: URSS - 20 milhões, Polónia - mais de 6 milhões, Jugoslávia - mais de 1,7 milhões, França - 600 mil, EUA - 405 mil, Grã-Bretanha - 375 mil Alemanha - 13 milhões e 600 mil pessoas.



O prejuízo material global proveniente das destruições provocadas na Europa cifrou-se (segundo dados incompletos) em 260 mil milhões de dólares (preços de 1938).

A URSS sofreu danos materiais avaliados em 679 mil milhões de rublos. As despesas com a guerra (juntamente com as receitas perdidas) constituíram 1890 mil milhões de rublos. O país perdeu cerca de 30% da riqueza nacional.



Os nazis destruíram na URSS 1710 cidades e 70000 aldeias. 25 milhões de pessoas ficaram desabrigadas.

Os invasores destruíram 32 mil empresas industriais, 65 mil pontes, destruíram ou roubaram 16 mil locomotivas e 428 mil vagões.

Destruíram também 40 mil hospitais e outros estabelecimentos médicos, 84 mil escolas e institutos de pesquisa, 98 mil colhosos, 1876 empresas agrícolas do Estado, 2890 postos de aluguer de maquinaria agrícola, levaram para a Alemanha 7 milhões de cavalos, 17 milhões de bovinos, 20 milhões de suínos, 27 milhões de ovinos e caprinos e 110 milhões de aves.



Mais de 11600 pessoas foram condecoradas durante a guerra com o título honorífico máximo da URSS - o de Herói da União Soviética. Entre os condecorados com esse título houve 8182 russos, 2072 ucranianos, 311 bielorrussos, 161 tártaros, 108 judeus, 96 casques, 91 georgianos, 90 arménios, 69 uzbecos, 61 mordúinos, 44 tchuvaches, 43 azerbaijanos, 39 bachkires, 32 ossetios, 18 maris, 18 turcomenos, 15 lituanos, 14 tadjiques, 13 letões, 12 quirguizes, 10 cômis, 10 udmurtes, 9 estonianos, 8 calmucos, 9 carélios, 7 cabardinos, 6 adigeus, 5 abkhases, 3 iakutes, 2 moldávios e representantes de outras etnias soviéticas.



As tropas soviéticas libertaram 11 países europeus cujo território total era superior a 1 milhão de km<sup>2</sup> e a população se cifrava em 113 milhões de pessoas.



3 em cada 4 soldados do exército hitleriano combateram, durante a II Guerra Mundial, no Leste.

Em períodos diversos da guerra, 190 a 270 divisões da Alemanha nazi-fascista e dos seus aliados combateram simultaneamente na frente soviética-alemã, enquanto que no Norte de África as tropas aliadas enfrentavam, de 1941 a 1943, 9 a 20 divisões, na Itália (de 1943 a 1945) 7 a 26 divisões, e no Oeste da Europa, depois da abertura da segunda frente, 56 a 75 divisões.



As baixas do exército nazi-fascista na guerra contra a URSS cifraram-se em 80% das suas baixas globais (10 milhões de homens). As tropas soviéticas destruíram e capturaram mais de 75% de material de guerra alemão.



Em três anos de guerra, só os guerrilheiros e lutadores clandestinos da Bielorrússia puseram fora de combate mais de meio milhão de soldados e oficiais alemães.



A URSS produziu durante a guerra 480 mil peças de artilharia, 100 mil tanques e canhões autopropulsados e cerca de 140 mil aviões.

Ao mesmo tempo, a URSS recebeu dos países da coligação anti-hitleriana, no âmbito do «lend-lease», 18700 aviões, 10800 tanques e 9600 peças de artilharia.

42 países desfrutaram, durante a guerra, de fornecimentos no âmbito do «lend-lease». As despesas dos EUA com o projecto «lend-lease» constituíram, de 2 de Março de 1941 a 1 de Agosto de 1945, 46 mil milhões de dólares (cerca de 13% das despesas militares globais dos EUA durante a guerra e mais de 50% do valor das suas exportações).



As Forças Armadas Soviéticas derrotaram ou prenderam 607 divisões inimigas no período de 1941 a 1945.

As tropas anglo-americanas derrotaram ou prenderam, no mesmo período, 176 divisões inimigas.

## Razões de fundo

Em Fevereiro de 1945 o Exército Vermelho já tinha libertado as regiões ocupadas da União Soviética, a maior

## Comemorar o 8 de Março

# Que se cumpram as leis!

**D**esde 1911 que o 8 de Março é considerado internacionalmente como sendo o dia da Mulher. A data escolhida para a efeméride foi proposta por Clara Zetkin, em 1910, no Congresso Internacional das Mulheres Socialistas.

A proposta foi assim fundamentada: «em nome das nossas irmãs americanas, para exigir os nossos direitos e exprimir a soli-

que institucionaliza, uma das mais avançadas das democracias burguesas. Esta frase também é verdadeira no que respeita aos direitos das mulheres.

Fez há pouco um ano que, depois de uma árdua batalha, foram aprovadas as leis 3, 4 e 6 de 84, concernentes à educação sexual, ao planeamento familiar e à interrupção voluntária da gravidez. Estas leis, embora constituam uma pálida imagem do que

A discriminação da mulher na sociedade portuguesa salta a olhos vistos, peguemos-lhe por onde pegarmos; seja pelo mundo do trabalho, seja pelo ensino, seja ainda pela assistência na saúde.

Desde muito cedo, as crianças são educadas discriminatóriamente. Ele são as frases nos livros escolares e os recreios, com brincadeiras interditas a uns e a outros. Ou então toda uma aprendizagem para «exemplar» dona-de-casa, mãe de filhos e extremosa esposa do sr. fulano de tal.

Depois, o começo do trabalho (com os problemas que todos os jovens sentem na procura do primeiro emprego, acrescido do facto de se ser rapariga) e o desemprego. Aqui a discriminação ressalta uma vez mais. Segundo dados oficiais, 63 por cento do número total de desempregados são mulheres.

A discriminação salarial, apesar de o princípio **salário igual/trabalho igual** estar consagrado na Constituição, e os contratos a prazo são outros dois problemas na ordem do dia.

O último caso (contratos a prazo) é flagrante e prende-se com o problema da assistência médica. A protecção à maternidade está também consagrada na lei, no entanto, a realidade é bem diferente. Muitos dos contratados a prazo são mulheres. Esta situação gera uma infinidade de problemas. As mulheres que engravidam têm que fazer uma dura opção: ou têm a criança, perdendo assim automaticamente o emprego uma vez que lhes não é renovado o contrato, ou então abortam.

Entrámos finalmente no outro problema. Em 1984, o aborto continuou a ser a terceira causa da mortalidade materna, assistindo-se hoje a uma situação de extrema gravidade: os abortos são feitos cada vez mais tardiamente (por volta dos quatro/cinco meses de gravidez), o que põe em risco a saúde e a própria vida das mulheres. Causa: as mulheres vão andando de hospital em hospital à espera de um aborto em melhores condições e encontram quase todas as portas fechadas.



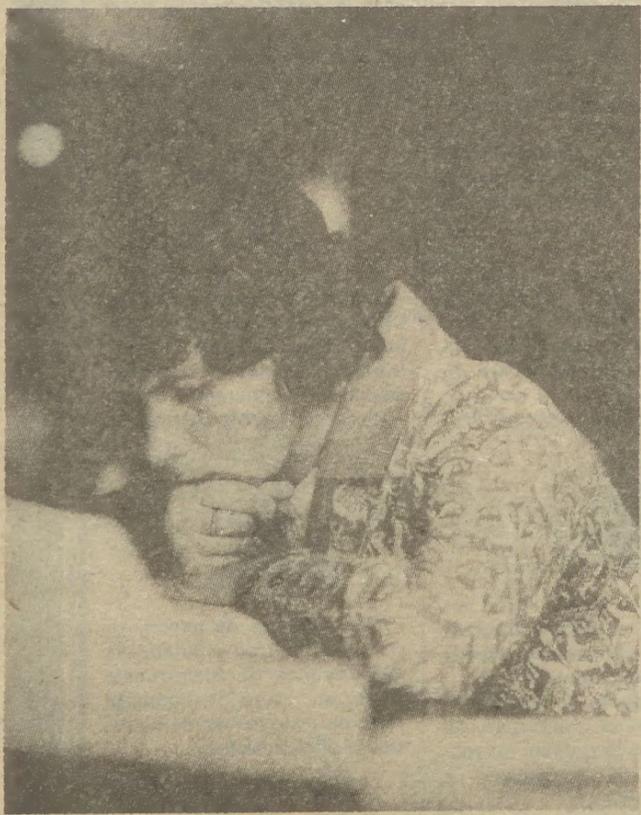
mente (por volta dos quatro/cinco meses de gravidez), o que põe em risco a saúde e a própria vida das mulheres. Causa: as mulheres vão andando de hospital em hospital à espera de um aborto em melhores condições e encontram quase todas as portas fechadas.

As leis aprovadas o ano passado são extremamente limitativas — o aborto só é autorizado em dois ou três casos —, mas a prática da interrupção voluntária da gravidez advém, na sua grande maioria de factores que não foram contemplados, como sejam a situação económica, o de-

semprego, os contratos a prazo ou a insuficiência habitacional.

De qualquer forma, as leis aí estão — melhores ou menos boas — para serem cumpridas.

Por isso, comemorar o 8 de Março em Portugal é lutar pelo cumprimento da lei! ■



driedade e amor pela paz que nos une».

A referência feita às mulheres americanas não é ocasional. Até ao primeiro quartel deste século, as americanas estiveram na vanguarda da luta pelos direitos da Mulher.

Em 1857, a 8 de Março, trabalhadores têxteis dos EUA desfilaram pelas ruas de Nova Iorque exigindo a igualdade nos salários e a diminuição do horário de trabalho de 16 para 10 horas diárias. No mesmo dia do mesmo mês, mas já em 1909, uma vez mais em Nova Iorque, milhares de mulheres manifestam-se pela melhoria das condições de vida e, facto inédito, exigindo o direito de voto.

Como se vê, o 8 de Março é uma data indissociável à luta das mulheres de todo o mundo, que, desde 1911 como vimos, têm feito deste dia uma jornada de festa e de luta.

### Que se cumpra a lei!

Em 1984, comemorar em Portugal o 8 de Março é lutar pela implementação da legalidade. É lutar por uma maternidade livre e consciente, pelo direito ao trabalho, pelo ensino e pela habitação.

A Constituição da República Portuguesa é, pelos princípios

foi proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP, significam, apesar de tudo, um importante avanço na legislação portuguesa.

No entanto, em contraste absoluto com a lei, está a realidade, a vivência diária.



# aTV

## Política de fachada Fachada de política

Um grande acontecimento desportivo teve presença na televisão: a final do campeonato mundial de andebol. Trata-se, como todos sabem, de uma modalidade cujo interesse aumenta no nosso país. Foram finalistas as equipas da República Democrática Alemã e da União Soviética. Venceu a RDA.

Lamenta-se, mais uma vez, que a emissão se tivesse feito no segundo canal, e não no primeiro, como a importância do acontecimento requeria. Lamenta-se igualmente a quase publicidade que o encontro teve na própria televisão...

Enfim, uma excelente ocasião para os portugueses assistirem ao desporto de alto nível. Mas um pormenor, entre todos, chamou a atenção dos telespectadores: os cinco primeiros classificados eram países socialistas!

Isto reflecte o desenvolvimento que o desporto, particularmente o desporto de equipas, conhece nos países onde o povo tomou em mãos o seu próprio destino. Não se trata de um acontecimento insólito: ele é o fruto de uma política desportiva que dá primazia à prática desportiva de massas, incentivada e organizada, continuada com a selecção e aproveitamento dos mais dotados.

Tudo o que não for isto é política de fachada e fachada de política.

## Barrigas vazias bancadas vazias...

Não sofre contestação a ideia de que o futebol é o espectáculo desportivo de maior popularidade no nosso país. No entanto, as imagens dos resumos filmados que nos chegam pela televisão, dão-nos uma noção realista da desagregação da base popular do futebol.

As bancadas apresentam-se geralmente despidas de público. Uma terrível ideia de vazio, de solidão.

Cabe aos sociólogos encontrar as coordenadas certas do fenómeno. Um dado, porém, é inegável: o espectáculo desportivo mais popular, não tem público a assistir!!!

São várias as explicações, mas não andarei muito longe da verdade se disser, por um lado, que os ataques ao 25 de Abril, o desemprego, as tensões sociais provocadas pelos sucessivos governos antipopulares, foram a pouco e pouco afastando a alegria de viver.

Por outro lado, os preços dos bilhetes não estão de forma nenhuma de acordo com as condições actuais da vida do nosso povo. Os preços não são realistas. Quando o preço mais barato de um bilhete de futebol, em jogos de primeira divisão, pesa de maneira tão gravosa num orçamento familiar, não se admira ninguém que falte tanto público em redor do campo.

Barrigas vazias — bancadas vazias...

## Milagre? Não Desastre, sim

Está por fazer uma análise cuidadosa à entrevista que o dr. Soares deu à televisão. Ela nos daria o retrato fiel de uma personalidade, de uma política, de uma concepção manipuladora de dados informativos.

Quanto a este aspecto, para não referir já o escândalo da afirmação por ele atribuída à deputada comunista Ilda Figueiredo e por ela imediatamente desmentida; para não mencionar a posição da OTI por ele descrita; para não alinhar outras situações (o que seria fastidioso) — importa agora lembrar a situação económica do país que Soares considerou de "milagre", o que segundo ele fora reconhecido por empresários americanos desejosos de investir no nosso país...

Ou seja: o dr. Soares diz o que lhe vem à cabeça e aproveita os seus desígnios na certeza da impunidade. De facto, sem oposição quer doutros representantes políticos, por ausência, quer dos entrevistadores por ausência... de vontade, o dr. Soares sabe que não será desmentido e nessa convicção avança sem receio...

Infelizmente para ele, no telejornal desse mesmo dia, o que um dos tais empresários disse foi que, com a ajuda dos Estados Unidos, não se admirava de que se viesse a falar do "milagre económico português..."

A tal "ajuda", recordemos, parte de um grupo de empresários ligados ao governo de Reagan: a OPIC surge como um dos braços económicos do governo americano.

Curiosamente, sempre que os americanos prometem milagre, aconteceu desastre. Será erro de tradução?

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## Os chapéus do PSD

«Veja V. Exa. este chapéu. Sempre o uso há dois anos e está como novo.»

De manhã, usa chapéu do Governo: o PSD não quer eleições antecipadas, mas o PSD vai ser exigente para o PS seu parceiro, o PSD vai pedir «medidas estruturais calendarizadas» (outra vez?), isto tudo «porque o poder negocial do PSD diminuirá a partir do momento em que o Presidente da República não puder dissolver a Assembleia da República», Rui Machete *dixit*.

Pela tarde, põe o chapéu das presidenciais, porque está «mais próximo da vitória do que em 76 ou 80»: e escolhe um candidato da «ruptura», da «mudança», da «recusa do situacionismo» (ó céus!) e do «referendo», um candidato que chegue à segunda volta pela mão dos votos de uma AD reencontrada, Marcelo Rebelo de Sousa *dixit*.

## Reunião PSD em Coimbra: Machete aponta tarefas

• «A nova direcção política do PSD terá, em Coimbra, passado naquela que se considerou a "prova de fogo", após a sessão de esclarecimento com os militantes locais sociais-democratas. Num ambiente inicialmente tenso, que foi serenando ao longo das oito horas do encontro, Rui Machete prestou informações sobre questões relativas ao partido e à situação política.

Rui Machete assegurou não estar nos propósitos do PSD provocar eleições antecipadas, esclarecendo uma recente tomada de posição acerca da formação do PRD. «A coligação PS/PSD foi feita para resolver problemas nacionais, e, se certas medidas não forem tomadas, esta coligação perderia razão de ser», afirmou o líder social-democrata, que reforçou a ideia de que «o PSD tem de ser exigente para com o seu parceiro de coligação». Machete garantiu também, em resposta a algumas acusações de "soarismo", que a actual Comissão Política, tal como a anterior, não estava ao serviço de Mário Soares.

Machete, na alocução inicial, considerou estar-se "numa fase crucial da vida política portuguesa", pelo que o PSD "deve formular juízos muito minuciosos" sobre o cumprimento das medidas estruturais calendarizadas no acordo de Governo com o PS. Entre estas, citou as referentes ao sector empresarial do Estado, à revisão das leis eleitorais e ao campo da agricultura.

Tais medidas, em seu entender, não devem ser mais proteladas "porque o poder negocial do PSD diminuirá a partir do momento em que o Presidente da República não puder dissolver a Assembleia da República". Afirmou ainda não haver razões para votar qualquer moção de confiança e que ela só se justificaria "se fosse precedida de medidas muito importantes susceptíveis de pôr em dúvida a sua aprovação no Parlamento".

Ao referir-se às próximas eleições presidenciais, considerou serem elas "uma das raras esperanças de romper a actual si-

tuação com um projecto de mudança que só o PSD pode corporizar". Admitiu que o referendo interno tem o inconveniente de "restringir o espaço de manobra da Comissão Política e do Congresso" no apoio ou escolha de um candidato, mas, por outro lado, "permite uma consulta directa às bases." («Diário de Notícias», 3 Março)

## Dirigente do PSD apresenta candidatos e perfil do «Presidente»

• «Marcelo Rebelo de Sousa considerou que não vai ser fácil ao PSD encontrar um "momento histórico" tão propício como o actual para alcançar uma vitória nas eleições presidenciais. Acrescentou que o PSD tem condições "extremamente fortes" para levar o seu candidato presidencial à segunda volta.» («Diário de Notícias», 3 Março)

• «Recusar o situacionismo socialista e o situacionismo eanista — sem dúvida! Um e outro são faces da mesma realidade, como bem tem observado o dr. Alberto João Jardim.

Querer sem delongas a mudança no sistema económico — obviamente! Sem ela tudo o mais ficará inalterado, as indemnizações por pagar em violação dos deveres de um Estado de Direito, as empresas públicas a devorarem o Orçamento estadual, a sociedade civil a definharem, como ainda recentemente sublinhou o dr. Daniel Proença de Carvalho.

Querer que a ruptura seja democrática — impõe-se por uma questão de valores! E assim deverá ser observada a presente posição constitucional das Forças Armadas, que não são instrumento partidário mas uma instituição nacional, como aludia em mensagem não muito distante o general José Lemos Ferreira.

Mas querer também o referendo da revisão constitucional e fazer eleger um Presidente da República que se comprometa a desencadeá-lo é uma prioridade a sublinhar.

(...)

Eleger um Presidente da República que exerça a iniciativa de um referendo da revisão constitucional é imperativo. E por isso só pode interessar ao espaço político que corresponda ao que foi a Aliança Democrática, uma candidatura presidencial que o assuma sem rodeios nem hesitações.» («Semanário», 2 Março)

• «"Nunca deixo cair um amigo", garantiu Marcelo Rebelo de Sousa, a propósito de interpretações segundo as quais o dirigente do PSD já se teria desinteressado da candidatura presidencial de Alberto João Jardim.» («Diário de Notícias», 3 Março)

## Alarga-se oposição à lei do aumento das rendas

• «É necessária nova legislação para o sector da habitação, mas que não venha agravar a situação dos inquilinos», declarou ao "DN" o padre José Serrazina, que participou, como convidado, em representação do Patriarcado, no Encontro sobre Problemas de Habitação e o Aumento de Ren-

das, organizado pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses.

No encontro, que decorreu na Faculdade de Letras, em Lisboa, aquele sacerdote católico disse ainda que a presença de um representante do Patriarcado vem na linha das recentes tomadas de posição do cardeal-patriarca.

"Nós participamos em todos os encontros, de todos os quadrantes, com o desejo de que o problema da habitação seja revisto de acordo com todas as propostas possíveis", acrescentou.

"Numa recente reunião que tivemos com o Primeiro-Ministro, prevenimos que a nova legislação não deveria prejudicar a situação de muitos inquilinos pobres", salientou o padre Serrazina.

Igualmente presentes neste encontro, o presidente e vice-presidente da Caritas Diocesana referiram ao "DN" que "qualquer aumento das rendas de habitação deveria reflectir o binómio de rendimento do agregado familiar e o preço a pagar pelo arrendamento".

Da síntese das conclusões do encontro salienta-se a recusa da actual proposta de lei do aumento das rendas, fundamentada no facto de "reflectir uma abordagem unilateral do problema habitacional e conduzir a graves rupturas sociais".

(«Diário de Notícias», 3 Março)



Na falsificação da Segunda Guerra Mundial o papel principal é desempenhado por uma espécie de «cartel», constituído ao longo de muitos anos, de políticos e historiadores dos principais países capitalistas, que inclui serviços histórico-militares e organizações estatais especialmente criadas. A literatura que publicam tem como objectivo minimizar o contributo decisivo da URSS para a derrota do bloco nazi-fascista, apresentar como principal força motora da guerra a direcção política e os exércitos do mundo capitalista.

Sobre a participação da União Soviética na guerra fala-se normalmente pouco e de forma deturpada.

A maior parte das vezes trata-se de vulgar propaganda anti-soviéti-

ca, de calúnia descarada do passado heróico do Estado soviético, do povo soviético e das suas Forças Armadas.

Qual é então o conteúdo concreto da literatura burguesa acerca da Segunda Guerra Mundial?

Quais os métodos mais típicos para falsificar a história e ocultar a verdade?

Para que se faz tudo isto?

A resposta a estas perguntas é o objectivo do presente livro.



# Gazetilha

por *Ignotus Sum*

Aquilo que a gente vê tão estranho nos parece que a gente às vezes nem crê na verdade que acontece. Um corrupto encravado poderá ser deputado? Não estou a fazer intriga. Se pode ser ou não ser não sou eu a responder: o PS que nos diga...



É forte a coligação? Goza de boa saúde? Tem muito bom coração? É uma dama de virtude? Pois. Se um barco com buracos e todo a fazer-se em cacós está forte e bem forte, então então dúvidas não há que bem de saúde está a triste coligação...



Há por aí gente vã com tal arte, com tal manha que manda comer maçã não a nossa — mas de Espanha. A CAP disse que sim. Ora, parece-me a mim que estou cheio como um odre da economia malsã: pode estar boa a maçã... .... o Governo é que está podre...



PSD anda em andas. Democracia de estalo de bolandas em bolandas pinto a pinto, galo a galo... Ataques, fúrias, ofensas, acusações, malquerenças, mil intrigas em salada, e tudo em grande euforia. Para eles, democracia é andar tudo à traulitada...



O Soares foi falar à TV da sua conta a qual, pra maior azar, não foi TV: foi afronta... E com tanta trapalhice, tanta bruta malandrice, tantas mentiras aos pares, tal politiquice impura, que o Soares, nessa altura, ultrapassou... o Soares...

# Pontos Cardeais

## Ó Couto, francamente!

Torres Couto, secretário-geral da UGT e dirigente e deputado do PS, prestou há dias um depoimento sobre o 17.º aniversário de «A Capital», onde dizia de si próprio e reportando-se à data da fundação deste vespertino lisboeta (1968): «Estava-se então no período da decadência do fascismo. Ainda não suficientemente maduro para as lides político-sindicais, militava de forma incipiente contra as injustiças e a guerra. A perspectiva que tinha sobre o futuro do país era, necessariamente, a curto prazo: acabar com um regime tão decrépito quanto os seus mentores e, com isso, fazer a experiência da liberdade.» Isto é o Couto a falar de si próprio há 17 anos, altura em que, segundo ele, militava de forma incipiente contra as injustiças e a guerra e tinha a «perspectiva a curto prazo» de acabar com um regime tão decrépito e fazer a experiência da liberdade.

Recordemos agora o que sobre ele, nessa época, escreveu um seu correligionário (e também deputado e dirigente do PS) há uns tempos, no semanário «o jornal»: «Torres Couto foi activo fillado na Mocidade Portuguesa antes de 1970 no Liceu D. Manuel II do Porto; alinhava sempre com os da Jovem Portugal, ligou-se à chamada 'aristocracia da Foz'. Esteve na Lisnave como homem de confiança dos Mellos, sendo um dos principais promotores da venda das FIDES e SOGESTIL.»

Francamente, ó Couto! Armar assim ao pingarelho é de putos na escola! Será que nem ao menos ouviu dizer que «quem quer honras, ganha-as»?!... Ai, as más consciências...

## Com barões

O PPD/PSD continua um portento de criatividade. Neste último fim-de-semana, houve barafunda com as distritais de Coimbra, Aveiro, Viseu, Vila Real e Bragança e daí resultou o seguinte cachafolete, sobre a questão presidencial: Rui Machete considera que não é fácil ao PSD escolher um candidato para ganhar; Marcelo Rebelo de Sousa sustenta, pelo contrário, que o PSD tem todas as condições; João Salgueiro, a rematar, desconfia que o PSD pode estar a ser cúmplice da candidatura de Mário Soares... É por esta e por outras que nós vamos concorrer às presidenciais — comentaria, escarinho, o PPM —, com barões nunca mais lá íamos...

## Mais afastado

Segundo Rui Machete, a nomeação de Vítor Constâncio para governador do Banco de Portugal «não vai abrir uma crise política» na coligação. «O problema — sublinhou — é estritamente político, pois

entendemos que a pessoa a nomear deveria estar mais afastada dos partidos no poder».

Fontes próximas do PSD consideraram esta afirmação como uma demarcação estratégica do actual líder do partido face ao rumor de que este é «um governo ao quilómetro».

## Tenham paciência!

Toda a gente viu e ouviu Mário Soares afirmar na entrevista da televisão dada há dias que «este é um Governo para governar até 1987», «está tudo bem na coligação», e etc., etc. Entretanto, Rui Machete, líder do partido emparceirado para tão longa governação, avisou este fim-de-semana, em Viseu, que

os militantes sociais-democratas deveriam estar preparados para a eventualidade de «mais cedo do que o previsto» se realizarem eleições legislativas antecipadas, mostrando-se preocupado com a possibilidade de um fracasso na governação do «bloco central» e com a eventualidade de o Presidente da República convocar as ditas eleições legislativas antecipadas. Assim, das duas uma: ou Mário Soares não combina estas coisas de «governos até 87» com o parceiro — e anda a rasteirá-lo — ou combina... e anda a ser rasteirado. Isto porque não cabe na cabeça de ninguém que Mário Soares haja mentido. O homem pode ter os seus defeitos, mas lá mentiroso... tenham paciência!

## Os «circuitos» do Tavares

O porta-voz do Conselho de Ministros, Alfredo Barroso, afirmou, faz hoje uma semana, que a continuação de Sousa Tavares no Governo dependia do parecer (sobre o denunciado e autoconfessado envolvimento do ministro em tráfico de divisas) do procurador-geral da República. E o porta-voz

governamental afiançou mesmo: «O ministro da Qualidade de Vida pediu a Procurador-Geral da República que se pronuncie sobre a licitude da sua actuação e demitir-se-á se esse parecer lhe for desfavorável.»

Entretanto no princípio desta semana o procurador-geral da República informou a Anop de que ainda não entrou na Procuradoria-Geral qualquer requerimento de Sousa Tavares nesse sentido...

Será que Sousa Tavares enviou o pedido também por «circuito paralelo»?... Se assim foi, é natural que ainda não tenha chegado à Procuradoria-Geral da República.

## Qualidades à CIA

Na rubrica «Exclusivo» do «DN» vinha uma curiosa opinião de Allen Dulles, ex-responsável da CIA, sobre o que ele considera as três qualidades essenciais para chefiar estes beneméritos serviços de espionagem imperialista, cujas são: «crueldade, duplicidade e integridade absoluta». Chíça! Agora os ciáticos até são íntegros na crueldade e na duplicidade! Ah, grande América! O que o imperialismo fez de ti!

